



ANALIS FACTUS H

ISSN 3086-3139

Caderno de Resumos

**XXIV Encontro de História e III
Simpósio de Pós-Graduação em
Estudos Culturais, Memória
e Patrimônio (PROMEP)**

v. 2, n. 2 | dez. 2025



Câmpus
Cora Coralina



Universidade
Estadual de Goiás



FACTUS H – publicação Curso de História - V.2 n.02, ago/dez, 2025 – ISSN 3086-3139

GOVERNADOR

Ronaldo Ramos Caiado

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
REITOR**

Prof. Ms. Antônio Cruvinel Borges Neto

COORDENADORA DO CÂMPUS CORA CORALINA

Profa. Dra. Déborah Magalhães de Barros

COORDENADORA PEDAGÓGICA

Profa. Ma. Dominga Correia Pedroso Moraes

COORDENADOR SETORIAL DO CURSO DE HISTÓRIA

Prof. Dr. Valtuir Moreira da Silva

COMISSÃO CIENTÍFICA

Profa. Dra. Cristina Helou Gomide (UFG-FE)

Prof. Dr. Lucas Pires Ribeiro (UEG)

Prof. Dr. Eduardo Gusmão de Quadros (UEG0)

Profa. Dra. Mirian Bianca Amaral Ribeiro (UFG-FE)

Profa. Dra. Maria Dailza da Conceição Fagundes (UEG)

Profa. Dra. Keley Cristina Carneiro (UEG)

Prof. Dr. Neemias Oliveira da Silva (UEG)

ORGANIZAÇÃO

Curso de História

COMISSÃO ORGANIZADORA:

Profa. Dra. Keley Cristina Carneiro

Prof. Dr. Valtuir Moreira da Silva

Prof. Dr. Lucas Pires Ribeiro

Prof. Dr. Ricardo Oliveira Rotondano

MONITORES:

Bolsistas Extensionistas

Bolsistas Monitoria, Bolsistas Pró-Licenciatura e Bolsistas Permanência

Apoio Técnico:

Servidores Técnicos-Administrativos do Câmpus Cora Coralina

Câmpus Cora Coralina

Período: 24 a 28 de novembro de 2025

Contato: (62) 3413-9155

E-mail: valtuir.silva@ueg.br



FACTUS H – publicação Curso de História - V.2 n.02, ago/dez, 2025 – ISSN 3086-3139

APRESENTAÇÃO

A A Coordenação do XXIV ENCONTRO DE HISTÓRIA E III SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO (PROMEP) apresenta a programação de nosso evento e os resumos das comunicações nos Simpósios Temáticos apresentados nas atividades entre os dias 24 à 28 de novembro de 2025. Programação acadêmica de muita formação e aprendizagem.

O XXIV Encontro de História e III Simpósio de Pós-graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP) representa uma experiência acadêmica, científica e cultural inserida no decorrer do processo histórico. O encontro demonstra o compromisso do Curso de História da Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina, com o direito a uma educação pública, gratuita, democrática e de qualidade. No decorrer de mais três décadas, o curso em tela tem organizado inúmeras atividades – Congressos, Seminários, Encontros, Conferências – procurando contribuir tanto com a formação acadêmica quanto com a formação humana/social de estudantes, professoras/es e a sociedade de uma maneira em geral. Nesse ano de 2025, entre os dias 24 e 28 de novembro, atento às temáticas/ameaças do passado e do tempo presente, estamos organizando o XXIV Encontro de História e III Simpósio de Pós-graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP), com o tema História e Patrimônio em disputa: memória, democracia e autoritarismos. A temática do encontro demonstra o esforço da comunidade acadêmica, no intuito de refletir sobre alguns dos desafios que comprometeram e continuam comprometendo a consolidação de um estado democrático de direito no Brasil. No decorrer das últimas décadas, com o avanço dos projetos autoritários, uma imagem de um passado permeado por violência tem encontrado enorme aceitação em uma parcela significativa da sociedade, comprometendo o direito à educação, ao patrimônio inclusivo e decolonial e às garantias mais essenciais do povo brasileiro. Para contornar o desolador estado da arte, acreditamos que a maneira mais adequada encontre sustentação nas análises cuidadosas e criteriosas do fenômeno, especialmente quando diferentes vozes e pesquisas se inserem em um mesmo espaço, procurando entender, refletir e apresentar possibilidades para a consolidação de uma outra realidade social, educacional e patrimonial. Partindo desse horizonte de expectativa, convidamos a comunidade de historiadores/as e a comunidade acadêmica de uma forma geral para participar do Encontro promovido pelo Curso de História do Câmpus Cora Coralina e pelo Programa de Pós-graduação em História, Memória e Patrimônio (PROMEP).

Comissão Organizadora

FACTUS H – publicação Curso de História - V.2 n.02, ago/dez, 2025 – ISSN 3086-3139

**XXIV ENCONTRO DE HISTÓRIA E III SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ESTUDOS CULTURAIS, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO (PROMEP)**

História e Patrimônio em Disputa: Memória, Democracia e Autoritarismos

Programação

DATA	EVENTO/ATIVIDADE	horário
24/11 segunda	Banca de Defesa de TCs – graduação em História	19 h
25/11 terça	Banca de Defesa de TCs – graduação em História	19 h
26/11 quarta	Apresentação Cultural Conferência de abertura: Tema: O Voo do Condor: conexões internacionais da extrema direita durante as ditaduras de segurança nacional nas Américas.	19 h Prof. Dr. Marcos Vinicius Ribeiro (UEG)
27/11 quinta	Os desafios da atuação do Escritório Técnico de Goiás/Iphan-GO, na contemporaneidade	15 h Renata Silva de Oliveira Galvão Coordenadora IPHAN Goiás
	Simpósios Temáticos (STs)	Discentes e egressos 19 h
28/11 sexta	Mesa redonda – Patrimônio em disputas Dhyovana da Silva Cardoso Laylla Nyanne Dias Lopes Vilarinho Sinara Carvalho de Sá	Egressos do PROMEP (UEG) 15 h
	Encerramento Conferência: “uma revisão integrativa sobre museus, coleções e patrimônios nos discursos da extrema direita no Brasil (2019-2022)”	19 h Prof. Dr. Clovis Carvalho Britto (UNB)

FACTUS H – publicação Curso de História - V.2 n.02, ago/dez, 2025 – ISSN 3086-3139

ST1 - O PODER SIMBÓLICO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL: ENTRE AUTORITARISMOS E RESISTÊNCIAS

Valtuir Moreira da Silva (UEG) - valtuir.silva@ueg.br

Lucas Pires Ribeiro (UEG) - lucas.ribeiro@ueg.br

O Simpósio Temático em tela procura reunir pesquisadores e pesquisadoras das diversas "áreas" do conhecimento, que estejam envolvidos com pesquisas sobre o poder simbólico do patrimônio imaterial, reconhecendo nessa categoria elementos tanto de segregação/invisibilidade quanto um meio de enfrentamento e resistência das camadas subalternas às diversificadas formas de opressão/violência. Simbologia que se afirma como uma estrutura de poder inserida no decorrer do processo histórico e com forte inserção no tempo presente. No entanto, entendemos que também o poder simbólico do patrimônio imaterial, nas diferentes situações, foi e continua sendo um espaço de luta e resistência, que pode ser representado nas manifestações artísticas/culturais, religiosas, nos saberes e nos fazeres elaborados por indivíduos ou coletivos, que, por meio do patrimônio imaterial, elaboram sentidos e significados à realidade social. Destarte, convidamos pesquisadores e pesquisadoras para submeterem suas propostas de comunicação. O Simpósio Temático será um espaço para pesquisas e reflexões que versam sobre as estratégias de resistência e enfrentamento dos humanos enquanto fazedores de cultura. Homens, mulheres, pessoas não binárias e coletivos que se utilizam da arte, das manifestações culturais - patrimônio imaterial - enquanto um poder simbólico de posicionamento e enfrentamento às diferentes formas de autoritarismo.

Palavras-chave: cultura, patrimônio e poder

1. Patrimônio imaterial da luta social camponesa em Itapuranga: resistência e enfrentamento

Valtuir Moreira da Silva (UEG) - valtuir.silva@ueg.br

O processo da luta social camponesa em Itapuranga é fruto da resistência e enfrentamento produzido coletivamente. Analisar os enfrentamentos vivenciados e experienciados pelos camponeses em Itapuranga vamos deparar com a construção simbólica do patrimônio imaterial constituído pelas poesias e representações sociais que se experienciaram e no processo de luta. Sociedade da Vaca, Associação do Adubo, Comunidades de Baixa Renda, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Feira da Agricultura Familiar e Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga (Cooperafi) constituem uma construção imaterial que se faz como um importante processo de patrimonialização que precisamos pensar e refletir. Todo esse conjunto de materialidades estão dispostas como um bem imaterial na coletividade dos camponeses, como define Sandra Pelegrini (2020). Esse olhar para essas representações que se formaram nos habitus (Bourdieu) que nos possibilita compreender esse universo social que se faz representar em muitos espaços da luta camponesa em Itapuranga.

Palavras-chave: camponeses, cultura imaterial e representações

2. Festa de Nossa Senhora Aparecida: patrimônio, tradições, narrativas de fé e cultura em Areias-Go

FACTUS H – publicação Curso de História - V.2 n.02, ago/dez, 2025 – ISSN 3086-3139

Valdemiro José Marçal - marcal62@yahoo.com.br

A pesquisa propõe o estudo da Festa de Nossa Senhora Aparecida no povoado de Areias, Município de Goiás, enquanto manifestação religiosa e expressão de patrimônio cultural, memória coletiva e identidade comunitária. O problema de pesquisa centra-se em compreender como os rituais católicos — romarias, novenas, procissões e folias — contribuem para a construção da identidade local, para a preservação das tradições e para o reconhecimento da festa como bem cultural imaterial. Parte-se da premissa de que a festividade, para além de seu caráter religioso, constitui um espaço simbólico de pertencimento, sociabilidade e transmissão intergeracional de valores culturais. O objetivo geral consiste em analisar a relevância histórica, cultural, social e religiosa da festa como expressão de patrimônio material e imaterial. Como objetivos específicos, busca-se: investigar o papel dos rituais no fortalecimento da identidade comunitária; compreender a relação entre religiosidade e memória social; identificar elementos simbólicos associados à devoção à padroeira; avaliar a percepção dos moradores, romeiros e organizadores sobre o valor patrimonial da festa; e propor estratégias de educação patrimonial que contribuam para sua salvaguarda. Em resumo a manifestação religiosa em homenagem à Nossa Senhora da Aparecida são representações de resistência que se faz a partir da tradição cultural. O referencial teórico articula autores que discutem patrimônio cultural, memória e religiosidade popular, entre eles: Márcia Chuva (2012, 2020), sobre patrimonialização e decolonialidade; Átila Tolentino (2018, 2019), sobre educação patrimonial; Carlos Rodrigues Brandão (1981, 1989), referente às festas e ao catolicismo popular; Rita Amaral (1998), sobre práticas rituais e mediações simbólicas; Roger Chartier (1990), no campo da história cultural; e Stuart Hall (1997), sobre identidade e construção de sentidos culturais, entre outros. A metodologia adotada é qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, com base em estudo bibliográfico, análise documental e entrevistas semiestruturadas. O público-alvo participantes a ser entrevistados estão entre moradores, organizadores da festa, romeiros e turistas, com análise dos dados organizada por categorias temáticas emergentes, permitindo identificar representações, memórias e valores atribuídos à festa. A pesquisa será submetida ao Comitê de Ética, com garantia de consentimento livre, anonimato e devolutiva aos participantes, conforme regulamentação vigente. O produto será a elaboração de um catálogo impresso, construído de forma participativa com a comunidade, contendo registros textuais, fotográficos e históricos sobre a festa, com função documental, educativa e patrimonial. Paralelamente, será realizada uma ação de educação patrimonial com estudantes do Ensino Médio da rede pública, por meio de palestra com o uso de materiais audiovisuais sobre a história do povoado, da igreja e das romarias. Por fim, espera-se que a pesquisa contribua para o fortalecimento da memória coletiva, para o reconhecimento da festa como patrimônio cultural e para a ampliação do debate sobre políticas de preservação. Busca-se, ainda, fomentar o engajamento comunitário na salvaguarda das tradições e aproximar universidade, território e população local na construção compartilhada do conhecimento.

Palavras-chave: memória; tradições; religiosidade; identidade e patrimônio

3. Entre representatividade e identidade: o Lyceu de Goyaz como patrimônio cultural e expressão da memória coletiva da cidade de Goiás”

Rejane Cássia Alves de Souza Lucas - rejane.souza24@hotmail.com

A pesquisa investiga o papel simbólico e cultural do Lyceu de Goyaz, instituição educacional centenária localizada na Cidade de Goiás, compreendendo-o como um espaço de representatividade, memória e formação identitária. A problemática central do estudo consiste em compreender de que maneira o Lyceu de Goyaz se constitui como um lugar de memória e de construção da identidade cultural vilaboense, especialmente em um contexto de transformações contemporâneas que desafiam a preservação das tradições locais. O objetivo da pesquisa é analisar o Lyceu de Goyaz não apenas como um edifício histórico ou escola tradicional, mas como um patrimônio cultural, material e imaterial que expressa a trajetória simbólica e a memória coletiva da comunidade goiana. O estudo busca evidenciar

FACTUS H – publicação Curso de História - V.2 n.02, ago/dez, 2025 – ISSN 3086-3139

como esse espaço educacional atua na mediação dos processos de formação identitária, reafirmando valores, tradições e sentidos de pertencimento que configuram a identidade local e resistem à homogeneização cultural imposta pela globalização. A metodologia adotada é de natureza qualitativa e interpretativa, fundamentada em análise documental e bibliográfica, com base em registros históricos, arquivos escolares, fotografias e produções acadêmicas sobre a instituição. Essa abordagem permitiu compreender o edifício e suas práticas não apenas como fatos históricos, mas como manifestações simbólicas e representacionais que articulam o passado e o presente da cidade de Goiás. O referencial teórico ancora-se nas contribuições de Pierre Nora (1993), com o conceito de lugares de memória, que sustenta a ideia do Lyceu como espaço simbólico de preservação e continuidade cultural; Maurice Halbwachs (2006), que fundamenta a noção de memória coletiva como construção social compartilhada; e Stuart Hall (1997, 2002, 2006), cujas reflexões sobre representação e identidade cultural permitem compreender o Lyceu como um mediador simbólico, onde se produzem significados e pertencimentos coletivos. Os resultados apontam que o Lyceu de Goyaz ultrapassa a função de escola, configurando-se como um verdadeiro território de significação cultural e resistência simbólica. Ele expressa, por meio de suas práticas, rituais e narrativas, a continuidade da identidade vilaboense e a valorização da memória local frente às transformações socioculturais. A principal contribuição do artigo para o evento é a valorização dos patrimônios educacionais como agentes ativos na preservação das identidades locais e na construção de sentidos coletivos. Ao discutir o Lyceu de Goyaz como espaço vivo de representatividade e memória, a pesquisa amplia o debate sobre o papel das instituições históricas na consolidação da cultura e na resistência simbólica diante das mudanças contemporâneas, reforçando a importância do patrimônio como expressão da identidade e da memória social.

Palavras-chave: representatividade, identidade, patrimônio, memória, lyceu de goyaz

4. Eleusa Maria e o patrimônio cultural/imaterial: entre os saberes e os sabores nas feiras de Itapuranga-GO

Lucas Pires Ribeiro - lucas.ribeiro@ueg.br

A presente pesquisa versa sobre um traço da trajetória de vida da senhora Eleusa Maria, uma das mais longevas salgadeiras do município de Itapuranga-GO. Nesse ensejo, objetiva-se evidenciar a condição socioeconômica de Eleusa Maria enquanto uma mulher negra e periférica do município, analisando os sentidos e os significados que estão presentes na arte de saber fazer salgados. A arte de saber fazer, nessa perspectiva de análise, se apresenta como um patrimônio imaterial/cultural de resistência e enfrentamento aos poderes constituídos, demonstrando que as camadas subalternas encontram e elaboram diferentes instrumentos de resistência, mas também de existência diante de uma conjuntura social acentuadamente marcada pelo racismo, machismo e pela segregação socioeconômica. A arte de saber fazer da senhora Eleusa Maria evidencia uma sabedoria passada de geração em geração dentro do núcleo familiar, alcançando, até o tempo presente, a quarta geração. Os salgados comercializados nas feiras e nos festejos populares do município, além de garantirem o necessário sustento e a possibilidade de uma vida mais digna para uma quantidade considerável de pessoas, são representativos de uma notável sabedoria ancestral, que pode ser identificada nos acréscimos de alguns ingredientes e, especialmente, na excepcionalidade do saber fazer, distanciando-se dos sabores dos outros salgados comercializados nos mesmos espaços. Diante das considerações apresentadas, a pesquisa, em estágio inicial de construção, utilizando-se de alguns referenciais teóricos, com destaque para Gayatri Spivak (2014), Michel de Certeau (2014) e Verena Alberti (2005), procura apresentar toda a sabedoria ancestral da senhora Eleusa Maria. Nesse sentido, entende-se que a sabedoria pode ser interpretada como um patrimônio cultural/imaterial de uma pessoa que, historicamente, esteve à margem da sociedade, convivendo com as mais diferentes formas de preconceito e violência. O saber da senhora Eleusa Maria, um saber que vem de longe, transmitido de geração em geração, encontra uma representação nos sabores dos salgados que são artesanalmente elaborados e, posteriormente, comercializados tanto nos espaços

FACTUS H – publicação Curso de História - V.2 n.02, ago/dez, 2025 – ISSN 3086-3139

das feiras quanto nos festejos populares do município de Itapuranga-GO. A presença marcante da salgadeira nesses espaços constitui uma inserção de uma longa temporalidade histórica.

Palavras-chave: Saberes. Sabores. Violência. Patrimônio imaterial. Resistência.

5. Festa Centenária em Louvor a São João Batista de Bom Jardim de Goiás: tradição, religiosidade e poder simbólico do patrimônio imaterial

Gisley Alves de Faria (UEG/PROMEP) - gis.a.faria@hotmail.com

A Festa de São João Batista, realizada há mais de um século na cidade de Bom Jardim de Goiás, é uma expressão singular do patrimônio cultural imaterial, no qual fé, tradição e sociabilidade se entrelaçam na construção da identidade local. Este estudo, busca compreender como essa celebração popular opera como um espaço de resistência simbólica diante das transformações socioculturais contemporâneas. Analisa a história da festa, os rituais, práticas religiosas e elementos simbólicos que conferem sentido à festa, destacando a memória e a preservação cultural. O poder simbólico do patrimônio imaterial manifesta-se tanto na continuidade das práticas devocionais e comunitárias, quanto na capacidade de ressignificar tradições frente à modernidade e às dinâmicas de esquecimento impostas pelos discursos hegemônicos. A Festa é como um ato de resistência cultural que compõem a memória coletiva de Bom Jardim de Goiás.

Palavras-chave: patrimônio imaterial; memória; resistência cultural; poder simbólico.

6. Educação em Afroperspectividade

Dhyovana da Silva Cardoso (UEG) - dhyovanacardoso01@gmail.com

Educar não é algo restrito aos estabelecimentos formais de ensino. A educação acontece em diversos ambientes e é realizada por diferentes pessoas. Ninguém sai ileso do encontro com o outro; dessa forma, todos educamos e somos educados em vários momentos da nossa vida, em distintos lugares e instituições. Compreender outras formas de educação requer que ampliemos nossa concepção sobre o que significa educar e que alarguemos nossa consciência para outras maneiras de existir, aprender e ensinar. Pensar a educação como forma de patrimônio imaterial, ligada à vivência, ao fazer cultural e ao que elegemos como importante, permite perceber que ela é utilizada tanto como ferramenta de transformação quanto de manutenção de estruturas. Segundo Renato Nogueira, nenhum povo inventou tudo e possui repertório suficiente para resolver todas as demandas da sociedade. Dessa maneira, o autor propõe repensarmos o mundo a partir da afroperspectividade, que nos possibilita ampliar a visão, enriquecer as discussões reconhecendo e valorizando as contribuições africanas, afro-brasileiras e indígenas na permanente construção da sociedade e de nós mesmos. Assim, este trabalho propõe refletir sobre a educação a partir das provocações de Ailton Krenak em seu livro Futuro Ancestral. Entre tantas ideias, o autor critica a forma como inserimos as crianças no mundo de maneira competitiva e totalmente desvinculada da natureza. Apostamos em um futuro prospectivo que, segundo Krenak, vem embalado por ansiedade, fúria e uma tremenda aceleração do tempo. Tanto o ecossistema quanto as pessoas vêm sofrendo com essa aceleração, já que tudo na natureza — e até em nós mesmos — possui um ritmo, que desrespeitamos pela pressa de chegar rapidamente a algum lugar. Ailton Krenak desestabiliza nossas certezas e nos provoca a repensar a vida. Na cultura indígena, a infância é valorizada: as crianças são seres inventivos, com novas subjetividades capazes de criar outros mundos. Dessa maneira, torna-se essencial resgatar os vínculos com nossa ancestralidade, atribuindo novos sentidos e significados às nossas experiências. Coexistimos em uma sociedade na qual muitas pessoas reproduzem, de forma cristalizada e sem reflexão, preconceitos, pensamentos e ações que moldam nossa subjetividade — especialmente quando percebemos o “outro”, diferente de nós, como inferior. Assim, identificar, classificar e hierarquizar diferenças torna-se um caminho perigoso e violento, tanto com os outros

FACTUS H – publicação Curso de História - V.2 n.02, ago/dez, 2025 – ISSN 3086-3139

quanto conosco. Muitos não têm a oportunidade — ou temem — o encontro com a ancestralidade africana e indígena que nos constitui como seres individuais e coletivos. Esta pesquisa tem como objetivo tornar visível o conhecimento ancestral por meio de minhas leituras e reflexões, para pessoas que se interessam ou que ainda não haviam acessado essa outra forma de pensar a vida e o existir.

Palavras chaves: Afroperspectividade, Educação, Patrimônio Imaterial, Preconceito e Resistência.

7. Dom Geraldo Sigaud e suas articulações políticas no combate a modernidade e a busca por uma Neocristandade no Norte Paranaense.

Eric Simon (INIFIO) - esimonibt@gmail.com

Este artigo é parte da dissertação de mestrado defendida no ano de 2020, no curso de Ciência da Religião, na PUC/SP. O trabalho apresentado tem por finalidade fazer um breve levantamento histórico da atuação de Dom Geraldo de Proença Sigaud, terceiro bispo diocesano, e seu governo frente a Diocese de Jacarezinho no norte pioneiro do Paraná. Analisando sua chegada em uma diocese de estilo conservador, ele vai trabalhar em prol da reimplantação de uma Neocristandade tardia, construindo escolas católicas, lutando frente ao governo do Estado paranaense para a fundação de uma faculdade e a partir dela, nos seus próprios dizeres “Catolicizar as Massas” e fazer do Norte Pioneiro um reduto do poder simbólico da Igreja Católica no fim da década de 1940 indo até 1960, quando é transferido da diocese. Além disso, foi o averiguado sua relação de poder com os políticos da época e sua influência local para lançar, ou enfrentar, determinados candidatos. Percebendo como Dom Sigaud, utilizada de suas cartas circulares para elogiar e pedir votos a alguns partidários de suas causas ou para denegrir e difamar outros que, aos seus olhos, eram contrários ao seu pensamento conservador. Por fim, foi feito um sobrevoo no TFP – Tradição Família e Propriedade, movimento que o mesmo criou junto com Plínio Correa de Oliveira, para enfrentar “o movimento comunista” e resguardar a fé católica.

Palavras-chave: Poder simbólico, catolicismo, política, Dom Sigaud, Conservadorismo.

8. A Teologia da Libertação como instrumento de organização comunitária e resistência

Samuel Ferreira Coelho (UFG) - samuel_coelho@discente.ufg.br

A Teologia da Libertação emergiu na América Latina, sobretudo a partir da década de 1960, como uma resposta ética, teológica e política às profundas desigualdades sociais que marcavam o continente. Mais do que uma corrente teológica, tornou-se uma prática histórica situada, articulando fé cristã, análise crítica da realidade e engajamento sociopolítico. Seu eixo central, a opção preferencial pelos pobres, consolidou-se como horizonte de ação comunitária e instrumento de resistência frente às diversas formas de opressão estruturais. Nesse contexto, no Brasil, figuras como os irmãos Boff: Leonardo e Clodovis, desempenharam papéis fundamentais na elaboração teórica e na sistematização da Teologia da Libertação. Leonardo, com sua defesa radical da justiça social e da dignidade humana, e Clodovis, com reflexões metodológicas profundas sobre o lugar do pobre como categoria teológica, contribuíram para consolidar um pensamento que ultrapassou os muros eclesiais e alcançou movimentos sociais, organizações comunitárias e pastorais de base. Suas produções ajudaram a articular uma leitura crítica do Evangelho que legitimava a participação política das comunidades e inspirava ações coletivas de transformação social. No campo da prática pastoral e da defesa dos direitos humanos, Dom Tomás Balduino e Dom Pedro Casaldáliga tornaram-se ícones da resistência. Dom Tomás, bispo dominicano e cofundador da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dedicou sua vida à luta pela reforma agrária, pela proteção dos povos indígenas e pela denúncia das violências perpetradas pelo agronegócio e pelo Estado. Sua atuação mostrou como a Teologia da Libertação operava diretamente como força organizadora, apoiando comunidades camponesas na construção de consciência crítica, de formas próprias de organização e de mecanismos de resistência frente às expropriações e ameaças. Da mesma forma, Dom Pedro Casaldáliga, bispo poeta do Araguaia, tornou-se símbolo de profecia e coragem. Enfrentou

FACTUS H – publicação Curso de História - V.2 n.02, ago/dez, 2025 – ISSN 3086-3139

coronéis, denunciou o trabalho escravo, defendeu povos indígenas e comunidades ribeirinhas e contribuiu para fortalecer redes de solidariedade e resistência popular. Suas cartas pastorais, marcadas por forte teor político e poético, reforçavam a compreensão de que evangelizar significava lutar pela vida concreta dos pobres, articulando fé e justiça de maneira indissociável. Ao favorecer a criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a Teologia da Libertação ajudou a estruturar espaços de formação política, leitura comunitária da realidade e práticas organizativas que ampliaram a participação popular em processos democráticos. Nos períodos de ditaduras e repressão, muitas comunidades encontraram na Teologia da Libertação não apenas consolo espiritual, mas também suporte para resistir, registrar violências e construir estratégias coletivas. Assim, a Teologia da Libertação consolidou-se como ferramenta histórica de organização comunitária e resistência, contribuindo para a construção de sujeitos políticos, fortalecendo lutas sociais e democratizando a ação pastoral, mantendo vivo seu legado nas lutas por direitos humanos, nas causas socioambientais e nas experiências de fé comprometidas com a transformação social.

Palavras-chaves: teologia da libertação, organização comunitária, resistência social.

9. O FIO INVISÍVEL DA AJUDA: o Patrimônio Imaterial das Práticas Anarquistas no Cotidiano como Resistência ao Autoritarismo

Saulo Azevedo Miranda - saulo.miranda@aluno.ueg.br

Este artigo analisa as práticas cotidianas de ajuda mútua e cooperação horizontal como expressões de uma ética anarquista espontânea e como formas de patrimônio imaterial de resistência ao autoritarismo. Parte-se do pressuposto de que o anarquismo, mais do que um projeto político formal, constitui uma ética de convivência baseada no cuidado, na solidariedade e na autogestão coletiva. Busca-se demonstrar que gestos simples, como a partilha de alimentos, os mutirões e as redes de vizinhança, materializam uma resistência silenciosa à lógica individualista e hierárquica dominante, configurando-se como expressões simbólicas de um patrimônio vivo que sustenta a vida comum. A fundamentação teórica se apoia em Piotr Kropotkin, cuja obra *Apoio Mútuo* compreende a cooperação como fator evolutivo essencial à sociabilidade humana, e em David Graeber, que interpreta o anarquismo como uma ética cotidiana presente nas formas não hierárquicas de organização social. No campo dos estudos sobre patrimônio, dialoga-se com Aloísio Magalhães, que propôs uma ampliação do conceito de herança cultural, e com Ulpiano Bezerra de Meneses, que problematiza o patrimônio como campo de disputa política e simbólica. Metodologicamente, o artigo adota uma abordagem teórico-conceitual de caráter interpretativo, articulando contribuições da geografia, da antropologia e da história à observação de práticas concretas de solidariedade. A análise considera exemplos como as Cozinhas Solidárias do MTST e os mutirões do MST, que revelam como a autogestão e o cuidado coletivo se tornam formas de resistência e criação social. Os resultados apontam que essas práticas, embora frequentemente invisibilizadas pelas políticas culturais e patrimoniais oficiais, compõem um “fio simbólico” de resistência que desnaturaliza o autoritarismo e reafirma a potência criadora do comum. Ajudar o outro, partilhar o alimento e agir coletivamente configuram uma política pré ou para-política, que antecede e ultrapassa as instituições, mantendo viva a ética da cooperação e da horizontalidade. Conclui-se que o anarquismo, longe de ser apenas um horizonte utópico, manifesta-se no presente como um patrimônio imaterial da solidariedade: uma ética viva tecida nas relações cotidianas, onde o cuidado e a confiança constroem, silenciosamente, alternativas reais à dominação e à desigualdade.

Palavras-chave: apoio mútuo, ética anarquista; patrimônio imaterial; resistência; horizontalidade.

10. A Festa do Divino Pai Eterno em Trindade – GO: representações imagéticas e discursivas

FACTUS H – publicação Curso de História - V.2 n.02, ago/dez, 2025 – ISSN 3086-3139

Lorena Mota Mendonça - lorenamm21@hotmail.com

Este trabalho objetivou analisar o poder simbólico, em seu sentido inteligível, das representações imagéticas e discursivas que servem à mercantilização da fé na atividade turística da Festa do Divino Pai Eterno em Trindade. A Festa acontece anualmente, entre junho e julho, atraindo milhões de peregrinos para Trindade. O referido território foi povoado no início do século XIX, então como Arraial do Barro Preto, no período em que a região vivia a decadência aurífera e o desenvolvimento da cultura agrícola e da pecuária. Na disputa de versões históricas para o surgimento das manifestações sagradas do Divino, convencionou-se difundir que sua origem se deu quando um casal de agricultores encontrou, em 1840, um medalhão de barro com a representação da Santíssima Trindade coroando Nossa Senhora. Do fato, decorreram as construções da capela, da Matriz e da Basílica, conforme aumentava o número de devotos. Comuns às tradições do catolicismo popular, essas hierofanias, permitem ao imaginário religioso atribuir vontade própria ao sagrado, projetando-se aos fiéis e, por conseguinte, construindo uma aura sacra a objetos e lugares, características importantes para a origem e difusão de santidades. A celebração, se propõe a responder à ordem institucional, por parte dos responsáveis pela administração do culto, os missionários redentoristas, aos devotos moradores ou visitantes, e, enquanto patrimônio imaterial, àqueles que dela buscam desfrutar. Ao reconhecer a importância local e nacional da mesma, se dá o processo de patrimonialização da festa, visando preservar e difundir-la, atraindo público para Trindade. Deste modo, a semiologia e a análise do discurso de Michel Foucault formam o arcabouço teórico metodológico que permitiram analisar, nas fotografias e propagandas da festa, elementos que corroboram a mercantilização da cultura e das manifestações do sagrado em função do turismo religioso. Os estudos permitiram verificar que: as representações do sagrado ocorrem sempre destacando o símbolo religioso, ou colocando a Matriz no centro da fotografia, iluminando-a, ou produzindo imagens de baixo para cima, enaltecendo o sagrado/transcendente em detrimento humano/emanente. Também há o apelo à regionalidade, à ruralidade, rusticidade, tanto nos carros de boi como nas vestimentas dos romeiros, que tendem a aproximar o fiel das manifestações. O mesmo ocorre com as reportagens, panfletos, notícias veiculadas em jornais e mídias sociais que divulgam as festividades do evento e das romarias. Enfatizam os milagres operados pelo medalhão, a construção da cidade a partir da fé e da devoção, sendo esta geracional; popularizam a ideia de Trindade como a Capital da Fé goiana, bem como repetem as informações sobre os milhões de visitantes anuais. Da mesma forma, há o apego ao regionalismo e à ruralidade, sobretudo na afirmação de que o Brasil é o único país que preservou a tradição dos carros de boi. Destaca-se, ainda, as relações de poder que moldam a construção do imaginário social, a organização espaço-territorial coordenada pela Igreja, que dialogam com as identidades, as memórias do lugar propiciadas pelas vivências da população da cidade e seus visitantes. Esses elementos estruturam a produção dos signos, do poder simbólico e seu sentido inteligível, presentes nas fotografias e discursos investigados.

Palavras-chave: Patrimônio Imaterial. Festa do Divino Pai Eterno em Trindade. Análise do Discurso. Religiosidade Popular. Turismo.

FACTUS H – publicação Curso de História - V.2 n.02, ago/dez, 2025 – ISSN 3086-3139

ST2 - ARTE QUE VIRA PATRIMÔNIO: POÉTICAS E DISPUTAS NAS ARTES

Fernando Martins dos Santos (UEG) - fernandosantos@ueg.br

Guilherme Antônio de Siqueira (UEG) - professorguilhermesiqueira@gmail.com

O simpósio propõe discutir as artes plásticas como chave para entender como a criação se torna patrimônio: do gesto que desenha e pinta ao corpo que performa visualmente, da escultura e da gravura à cerâmica, fotografia, vídeo, grafite e instalações no espaço urbano. A ênfase recai nos processos — materiais, técnicas, cadernos de artista, colaborações, circulação e recepção — que fazem a obra ganhar vida pública, ser ensinada, apropriada e disputada. Examina-se o que foi inventado como tradição e o que foi esquecido ao longo do caminho, as linguagens priorizadas historicamente (monumento, pintura, escultura sacro-erudita) e as práticas silenciadas (artesanais, cerâmicas populares, grafite e muralismo periférico, poéticas afro-indígenas, trabalhos de mulheres e mestres(as) de ofício). Buscam-se relatos de processo, ensaios visuais e demonstrações de procedimentos que iluminem mecanismos de consagração e apagamento, a repetição e transformação do gesto, e as respostas entre obra, corpo e território e as experiências que tensionem hierarquias entre “arte” e “ofício” e exploram passagens entre o efêmero e o transmissível.

Palavras-chave: **Arte, História e Cultura**

1. Entre memórias e representações: a história e a cultura indígena nos livros didáticos de História sob a perspectiva da Lei 11.645/08

Mary Jones Rocha da Silva - maryjonesrv@gmail.com

Esta comunicação apresenta uma análise das representações da história e da cultura dos povos indígenas nos livros didáticos de História do Ensino Fundamental II, tomando como referência a Lei nº 11.645/08, que torna obrigatória a inclusão das temáticas indígena e afro-brasileira na educação básica. O estudo busca compreender como as narrativas escolares constroem — ou silenciam a presença indígena, revelando disputas de memória e identidades no contexto da educação brasileira. Fundamentada nos pressupostos da História Cultural, especialmente nas reflexões de Roger Chartier sobre as representações como práticas sociais e simbólicas, a pesquisa dialoga com o pensamento decolonial de Aníbal Quijano, Stuart Hall, Ailton Krenak e Gersm Baniwa, que problematizam a colonialidade do poder, a produção das identidades e a urgência de uma educação intercultural. A metodologia é qualitativa e bibliográfica, baseada na análise textual e imagética da coleção Araribá Conecta – História (Editora Moderna, 2022), recomendada pelo PNLD 2024–2027. A investigação identifica tanto permanências de estereótipos coloniais quanto tentativas de ressignificação das identidades indígenas, evidenciando as tensões entre memória, esquecimento e resistência. Ao dialogar com o tema do simpósio “Narrativas silenciadas, memórias em disputas: patrimônio, resistência e educação em tempos de autoritarismo”, a pesquisa contribui para refletir sobre os processos de silenciamento histórico e epistemológico que ainda permeiam a escola e os materiais didáticos, propondo a valorização dos saberes e das memórias indígenas como formas de resistência cultural e pedagógica. Nesse sentido, reafirma o papel da História e da Educação como campos fundamentais para a construção de uma sociedade democrática, plural e comprometida com o reconhecimento das diferenças.

Palavras-chave: Povos indígenas; Representação; Decolonialidade; Memória; Educação intercultural.

FACTUS H – publicação Curso de História - V.2 n.02, ago/dez, 2025 – ISSN 3086-3139

2. Entre Colonização, Memória e Apagamento: A Invisibilização do Povo Xavante nas Visualidades de Barra do Garças, MT

Irineu Galego Dias Junior - juniorgalegodias@gmail.com

Ricardo Oliveira Rotondano - ricardo.rotondano@ueg.br

O povo Xavante se caracteriza como a população originária do território no qual atualmente está situada a cidade de Barra do Garças, no Mato Grosso. Com o processo paulatino de invasão e ocupação de terras indígenas, o colonizador branco promoveu a remoção física e estrutural dos grupos com marcadores étnico-raciais, estabelecendo locais de interesse colonial – que, num momento posterior, tornar-se-iam cidades. O presente trabalho analisa a cidade de Barra do Garças, aferindo se, a partir da sua trajetória secular de povoamento indígena, tais referenciais simbólicos dos povos originários ainda encontram-se presentes no município. Dessa forma, utilizando-se o método de abordagem dialético, de caráter qualitativo, recorrendo-se às técnicas de pesquisa histórica, documental e bibliográfica, através da observação direta de monumentos, estruturas e imagens citadinas, este trabalho reflete sobre o apagamento ou valorização da cultura Xavante na cidade de Barra do Garças. Esses processos evidenciam como a colonização material e simbólica estruturou relações de poder pautadas pela exclusão e pelo silenciamento. Em contrapartida, a oralidade, o idioma, as práticas rituais e a relação com o território reafirmam a resistência identitária e cultural Xavante. Assim, compreender a história local exige reconhecer a persistência da colonialidade e a urgência de reconstruir narrativas que devolvam voz e visibilidade às populações originárias. Como resultados finais, percebe-se como a tentativa de apagamento do povo Xavante enfrenta severa resistência ao longo da história, constatada a partir da intensa presença indígena no município de Barra do Garças, não obstante os símbolos e imagens da cidade sejam constituídos a partir de referenciais coloniais.

Palavras-chave: Xavante; Barra do Garças; representatividade; símbolos; resistência.

3. Entre a Poesia e o Patrimônio: A materialidade dos becos de Cora Coralina

Thays Taynara de Sousa - thays.ts@hotmail.com

Keley Cristina Carneiro - keley.carneiro@ueg.br

Os becos surgem a partir do traçado urbanístico colonial da Cidade de Goiás, na intenção de cortar caminhos, diminuir distâncias e facilitar o transporte de pessoas e mercadorias. Na poética de Cora Coralina, tais estruturas são denominadas como as “válvulas coronárias da cidade”. Nesta singela e poética frase, a poetisa goiana já dava a entender que os becos se constituem como lugares que dão ritmo, que pulsam a antiga capital. Quando se trata da análise das relações sociais e memorialísticas presentes nos becos da Cidade de Goiás, pode-se dizer que a poesia de Cora Coralina é uma rica fonte histórica que apresenta grandes possibilidades de estudo e investigação. Nos becos que se entrelaçam um com o outro, problemas de cunho social como a desigualdade, a fome e o abandono estatal são apontados por Cora. Em seus versos, a poetisa consegue apresentar o palco e o roteiro onde os personagens considerados algozes da boa moral e costumes da Cidade de Goiás fazem o seu espetáculo diário. A “prostituta”, o “malandro”, os “subversivos”, e os “subalimentados”, sem distinção de gênero ou idade, são as designações dadas a todos aqueles que estão nos becos e que são considerados indivíduos delinquentes que vivem à margem da sociedade da antiga capital. Em uma cidade, como a Cidade de Goiás, que carrega o título de Patrimônio Mundial da Humanidade, colocar em debate os posicionamentos e reflexões que partem sobre estes lugares é fundamental. Neste contexto, é necessário entender que, por ser um instrumento de poder, o patrimônio pode elevar ou diminuir ainda mais comunidades e espaços que historicamente estão na condição de subalternidade. Os versos de Aninha possibilitam o vislumbre da sociedade vilaboense pelo viés temporal da poetisa, fazendo com que haja uma tradução dos costumes, visões, perspectivas e usos dos becos.

Palavras-chave: Cora Coralina, Becos, patrimônio invisível.

FACTUS H – publicação Curso de História - V.2 n.02, ago/dez, 2025 – ISSN 3086-3139

4. Arquivo em disputa: Preservação, identidade e poder no acervo do MECA e do Teatro Vianinha (Ituiutaba-MG)

Sara Aline Gomes de Azevedo - saraazvd.gomes@gmail.com

Raquel Miranda Barbosa - raquel.barbosa@ueg.br

Este artigo analisa o acervo do Movimento Experimental de Cultura e Arte (MECA) e do Teatro Vianinha, em Ituiutaba-MG, a partir da noção de arquivo em disputa, entendida como um campo simbólico que desafia as lógicas tradicionais de patrimonialização e de visibilidade da memória coletiva. O estudo parte do pressuposto de que o arquivo não é neutro, mas um espaço de poder e resistência, no qual se manifestam disputas por reconhecimento cultural e pela construção de narrativas históricas alternativas. Com base em referenciais sobre memória (Pollak, 1989; Nora, 1993; Ricoeur, 2008), identidade (Hall, 2019), performance e patrimônio (Pinto, 2015; Scifoni, 2019), argumenta-se que o conjunto documental (composto por roteiros teatrais, programas de espetáculos, revistas artesanais, fotografias e materiais pedagógicos), expressa práticas de resistência cultural, educação crítica e pertencimento. Esses registros revelam o papel do teatro e da ação cultural como instrumentos de transformação social e política, especialmente em contextos de repressão e silenciamento durante a ditadura militar. A pesquisa, de natureza qualitativa e abordagem documental, evidencia como o acervo do MECA e do Teatro Vianinha reativa memórias marginalizadas e questiona hierarquias institucionais que historicamente excluíram expressões culturais do interior. Preservar esses materiais significa disputar poder simbólico e fortalecer uma política cultural mais democrática, plural e inclusiva. Assim, o MECA e o Teatro Vianinha configuram-se como lugares de memória e resistência, cujos arquivos ampliam a compreensão sobre o papel do patrimônio e da memória na construção da história cultural tijucana.

Palavras-chave: Memória Coletiva, Patrimônio e Identidade; Resistência Cultural

5. “Cultura, Gastronomia e Pertencimento: Um Estudo Sobre a Salvaguarda do Patrimônio no Festival Italiano de Nova Veneza (GO)”

Divina Helena Tolentino (UEG/PROMEP) - tolentinodivinahelena79@gmail.com

A pesquisa submetida neste Simpósio Temático tem como objetivo apresentar “O Festival Italiano de Gastronomia e Cultura de Nova Veneza (GO)” que se constitui como uma celebração que transcende o caráter festivo, configurando-se em espaço privilegiado de preservação do patrimônio cultural imaterial da comunidade de descendentes italianos. A introdução do estudo evidencia que a festa, originada em 2003 por iniciativa da AMIZA e ampliada ao longo dos anos, tornou-se instrumento de promoção da herança cultural, da economia local e do turismo. O objetivo central é analisar como a educação patrimonial atua no fortalecimento da identidade e pertencimento comunitário, tendo o festival como estudo de caso exemplar. Como metodologia, a pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada em bibliografia especializada, documentos institucionais, registros históricos e, sobretudo, no inventário participativo, que envolve diretamente a comunidade na identificação e valorização de seus bens culturais. Os resultados indicam que a gastronomia, a música, a dança, as vestimentas típicas e a arquitetura temporária do evento constituem expressões vivas do patrimônio imaterial. A culinária italiana, transmitida oralmente entre gerações, é destacada como eixo estruturante do festival, unindo práticas de memória e identidade. Observa-se que a participação ativa dos moradores, seja na preparação de pratos, nas apresentações artísticas ou na organização, reforça os laços comunitários e promove o reconhecimento das tradições. Entretanto, o estudo também aponta desafios: a mercantilização da cultura, as pressões do turismo em massa e a necessidade de manter a autenticidade diante da globalização. A educação patrimonial, nesse sentido, surge como estratégia fundamental para sensibilizar a população e visitantes sobre a importância de preservar e revitalizar o patrimônio cultural, assegurando sua transmissão às futuras gerações. Conclui-se que o Festival Italiano de Nova Veneza

FACTUS H – publicação Curso de História - V.2 n.02, ago/dez, 2025 – ISSN 3086-3139

não apenas projeta a cidade como destino turístico e cultural, mas também consolida a identidade da comunidade por meio de práticas educativas dialógicas e inclusivas. A festa, embora efêmera, deixa sementes de memória e pertencimento, revelando-se um exemplo de como o patrimônio cultural imaterial pode ser preservado e reinventado no presente, sem perder suas raízes históricas.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; Identidade; Patrimônio Imaterial

6. Da invisibilização ao patrimônio, rituais cemiteriais

Juliana Luiz Carioca Fonseca - juliesinhafofinhajuju@gmail.com

O Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás, local que pode ser considerado Patrimônio Material, mas as crenças e costumes ali presentes podem ser considerados patrimônio imaterial. Desde a entrada ao local, rituais que ali acontecem e até mesmo o modo que dizem ser o correto de sair. Isso tudo engloba uma verdadeira série de rituais que inconscientemente se tornam patrimônio. Sem dúvida, existe grande valia nessas construções de pensamentos e sentimentos que envolvem especificamente o local. Exemplo disso é o Cruzeiro, monumento que se encontra no centro dos cemitérios. Existe um ritual sagrado por trás deste que ao parar para se pensar, é um patrimônio imaterial que sempre se repete, mas muitos não o veem como tal. O modo de se portar no local, o modo de saída, coisas que muitas vezes são considerados supersticiosos também se tornam um patrimônio invisível, que continua sendo praticado constantemente por pessoas que frequentam o local que na maioria das vezes só é frequentado em eventos como enterros ou Dia de Finados, o feriado do dia 02 de novembro, que conseqüentemente não é considerado um patrimônio, mas, os rituais que acontecem nesse dia são totalmente enraizados na sociedade por séculos. Essa pesquisa visa demonstrar os rituais, crenças e a racionalidade, ao enxergar aquilo que, por mais que não seja considerado um patrimônio imaterial, ainda sim tem a força de se tornar como tal mediante a visualização pública e cuidadosa, por meio da visualização e do enraizamento desses eventos.

Palavras-chave: Cemitério; Patrimônio Imaterial; Rituais.

FACTUS H – publicação Curso de História - V.2 n.02, ago/dez, 2025 – ISSN 3086-3139

ST3 - PATRIMÔNIO CULTURAL E SEUS DEBATES CONTEMPORÂNEOS: DISPUTAS E “LUGARES DE MEMÓRIAS” INVISIBILIZADOS

Keley Cristina Carneiro (UEG) - keley.carneiro@ueg.br

Patrícia da Silva Santos Marques (UEG) - patty.marques215@gmail.com

Suelen Maísa Estevão Parente (UEG) - suelenmaisa123@gmail.com

No Brasil, a colonização foi fundamentada em uma ideologia eurocêntrica, consolidando estruturas de exclusão que determinaram quem teria acesso aos bens e serviços públicos e quem seria deixado à margem da sociedade. Essa desigualdade também se reflete nos processos de patrimonialização, que, historicamente, privilegiaram bens associados à cultura dominante em detrimento das manifestações e dos espaços pertencentes às populações subalternizadas, frequentemente rotuladas como “miseráveis”. Este Simpósio Temático (ST) propõe discutir criticamente o patrimônio cultural sob a ótica das disputas contemporâneas em torno da memória e da representatividade social. A partir da Constituição Federal de 1988, o conceito de patrimônio expandiu-se para além dos bens materiais, incorporando práticas, saberes, tradições e modos de vida de diferentes grupos sociais. Essa ampliação, entretanto, evidenciou tensões profundas entre as narrativas oficiais e as memórias marginalizadas. A proposta convida à discussão das disputas que envolvem os “lugares de memória” e as relações de poder que atravessam o campo do patrimônio cultural no Brasil, problematizando os limites entre o que é considerado “esplêndido”, digno de preservação, legitimado pela história dos “heróis”, e aquilo que é relegado ao esquecimento, permanecendo invisibilizado. Busca-se refletir sobre as formas pelas quais comunidades periféricas, negras, quilombolas, indígenas, ribeirinhas e outros sujeitos historicamente marginalizados têm tensionado o campo patrimonial, reivindicando o reconhecimento de seus territórios, saberes e práticas como parte legítima do patrimônio cultural brasileiro. Assim, pretende-se analisar os mecanismos que produzem tais invisibilizações e, simultaneamente, dar visibilidade às formas de resistência e ressignificação da memória promovidas por esses grupos. Pretende-se, portanto, ampliar o debate sobre os desafios éticos e políticos da preservação patrimonial em contextos marcados por desigualdades históricas, buscando uma compreensão crítica do patrimônio como campo de disputa simbólica no qual se entrelaçam lembranças, silenciamentos e resistências. O reconhecimento dos “lugares de memória” invisibilizados constitui-se, assim, como condição fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Desse modo, o simpósio configura-se como um espaço de troca entre pesquisadores, estudantes, gestores culturais, detentores de saberes e representantes de comunidades, incentivando o compartilhamento de experiências que desafiam as narrativas dominantes e reivindicam novos lugares de fala e escuta.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Memória; Invisibilização; Disputas simbólicas;

1. Entre o Esquecimento e a Fé: o Sanatório Espírita Antônio Batista Gordeuch como Lugar de Memória Invisibilizado em Itapirapuã-GO

Fernanda Ferreira dos Santos – alcantara1983@gmail.com

Este trabalho analisa o processo de invisibilização do Sanatório Espírita Antônio Batista Gordeuch, fundado em 1961 na cidade de Itapirapuã-GO, compreendendo-o como um lugar de memória que, apesar de sua relevância histórica, social e espiritual, foi gradualmente excluído das narrativas oficiais e das políticas de preservação patrimonial. A instituição, conhecida também como “Casa de Saúde”, acolheu milhares de pessoas em sofrimento físico e psíquico, oferecendo práticas de cuidado fundamentadas na doutrina espírita e em valores de fé, caridade e acolhimento. Atuando como espaço alternativo à lógica

FACTUS H – publicação Curso de História - V.2 n.02, ago/dez, 2025 – ISSN 3086-3139

manicomial dominante, o sanatório se consolidou como referência regional, ultrapassando fronteiras municipais e estaduais. No entanto, mesmo com registros documentais e reconhecimento institucional em seu tempo, o local foi progressivamente esquecido, e hoje encontra-se em ruínas, sem qualquer forma de proteção ou valorização pública. A pesquisa, baseada em análise documental e relatos orais, reflete sobre os mecanismos simbólicos e institucionais que produziram o apagamento do sanatório da memória coletiva e dos processos de patrimonialização. Amparado em autores como Pierre Nora, Michael Pollak, Jacques Le Goff e Aleida Assmann, o estudo evidencia que a memória é um campo de disputa e que o esquecimento, longe de ser neutro, constitui um ato político que define quais experiências merecem ser lembradas e quais devem permanecer ocultas. O caso do sanatório revela como práticas espirituais e terapêuticas não hegemônicas, como o espiritismo, foram silenciadas por uma lógica patrimonial eurocêntrica e elitista, que privilegia bens e narrativas associados à cultura dominante. Nesse sentido, o trabalho propõe compreender o Sanatório Espírita Antônio Batista Gordeuch como símbolo de resistência e de memória viva, sustentada pela tradição oral e pela afetividade das comunidades locais. A memória popular, mantida por moradores, ex-funcionários e familiares, torna-se instrumento de preservação e reexistência diante do esquecimento institucional. Assim, o estudo busca ampliar o debate sobre os patrimônios culturais invisibilizados e reafirmar a importância de incluir as vozes periféricas e espirituais no processo de construção de uma história e de um patrimônio cultural mais plural, democrático e representativo das diversas formas de viver, crer e cuidar no Brasil.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Memória; Invisibilização; Espiritismo; Disputas simbólicas.

2. Hospital São Pedro de Alcântara: lugar de memória silenciado

Suelen Maísa Estevão Parente (UEG/PROMEP) - suelenmaisa123@gmail.com

Keley Cristina Carneiro (UEG/PROMEP) - keley.carneiro@ueg.br

O Hospital São Pedro de Alcântara (HSPA), fundado no século XIX, é um importante patrimônio cultural da saúde, e um espaço de memórias silenciadas. Mais do que um centro assistencial, o hospital carrega a contradição entre as práticas de cuidados e mecanismos de controle social, carrega tensões entre filantropia, poder e exclusão. A partir da análise de documentos históricos, verifica-se que (HSPA) abrigou indivíduos acometidos por transtornos mentais e do sistema nervoso, tratados como ameaças à ordem e ao pudor. Esses sujeitos, maioria pobres, escravizados, marginalizados, eram isolados em condições precárias, evidenciando o abandono institucional e falta de políticas públicas aos doentes mentais. O discurso da época reforçava a segregação. O (HSPA) constitui avanço na saúde, mas silencia as dores e experiências dos doentes mentais. Ao reconhecer o (HSPA) como patrimônio difícil pode notar as camadas da história do sofrimento e da exclusão. Trata-se de um lugar que desafia a narrativa da filantropia, ao trazer à tona as histórias esquecidas dos doentes mentais. Sobre o que deve ser lembrado ou esquecido é necessário repensar políticas de preservação da memória.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural da Saúde, silenciamento, Hospital São Pedro de Alcântara.

3. A Piçarra: a culaça dos lugares de memória balizense

Henrique Guimarães Silva (UEG) - henriqueguimaraes@discente.ufj.edu.br

Nos garimpos, o conceito de casa se expande ao analisar o contexto social e as dinâmicas próprias dessa atividade econômica. De simples barracas de palha — na maioria improvisadas por garimpeiros e faiscadores — às construções de alvenaria, muitas vezes ocupadas por comerciantes e capangueiros, nota-se a presença de uma hierarquia socioeconômica quase dicotômica, que se expressa no próprio espaço construído. Em Baliza (GO), o fenômeno da urbanização evidenciou essa organização, precisamente nas décadas de 1920 e 1940, período conhecido como a primeira fase diamantífera. Com o crescimento urbano balizense desacelerado, surgiu a região da Piçarra, composta por casas singelas

FACTUS H – publicação Curso de História - V.2 n.02, ago/dez, 2025 – ISSN 3086-3139

de pau a pique, barracões improvisados de palha de babaçu e uma variedade de estabelecimentos, como pequenas vendas e prostíbulos, que atendiam às necessidades imediatas dos garimpeiros. Por isso, a Piçarra era tradicionalmente vista como a periferia urbana balizense, um espaço lido como marginal no olhar “oficial” da cidade. Nos relatos de antigos moradores de Baliza (GO) presentes no livro *O rio, as pedras e a cidade de Baliza: 1922-1960*, escrito pela historiadora Maurides Macêdo (2011), revelam que a Piçarra ultrapassava essa leitura simplista e estigmatizada. Da boemia à vida familiar, seus espaços de memória retratavam não apenas o cotidiano dos sujeitos que ali viviam, mas também a complexa estrutura socioespacial que sustentava tanto o centro urbano — ocupado pela elite comercial e política — quanto os garimpos às margens do rio Araguaia e nos monchões. Dessa forma, a Piçarra funcionava como um elo entre o trabalho no garimpo e a vida urbana, sendo espaço de práticas culturais que marcavam profundamente a identidade local. Além disso, também pode ser vista como a culaça da urbanização balizense, sendo a parte responsável por não trincar o diamante (espaço urbano). Com o rareamento das jazidas de diamante em meados do século XX, mudanças urbanas significativas ocorreram no município. Com a emigração da sociedade garimpeira, não apenas o centro urbano foi atravessado, mas também a região da Piçarra. Muitas edificações foram desocupadas e outras demolidas. Isso contribuiu para um processo gradual de apagamento das marcas materiais da primeira fase diamantífera. Atualmente (2025), ainda é possível identificar reminiscências dessa fase inicial nos aspectos urbanos de Baliza (GO), estados presentes em ruínas, em vestígios arquitetônicos ou na memória oral dos moradores mais antigos. Por meio de análise dessas construções, também interpretadas aqui como lugares de memória em disputa, permitem reconstruir práticas sociais, formas de ocupação e modos de vida que ocorrem da mesma maneira. Diante disso, esta pesquisa se propõe a debater, de forma crítica, os lugares de memória em Baliza (GO), examinando tanto as construções que resistiram ao tempo quanto os relatos sobre o processo de urbanização balizense. O objetivo é compreender como a tentativa de silenciamento da região da Piçarra — perceptível nas políticas urbanas e nas narrativas oficiais — acarretou para o seu processo de apagamento histórico e como a recuperação desses vestígios pode auxiliar na reconstituição da trajetória socioeconômica e cultural do Município.

Palavras-chave: Espaços de Memória, Disputas Socioeconômicas, Piçarra, Baliza, Identidades marginalizadas

4. Césio-137 em Goiânia: quando o brilho vira cicatriz - entre o trauma e o patrimônio sensível

Lucas Silva de Araujo Castro (IFG) - lukascastro113@gmail.com

O presente projeto propõe uma análise do acidente com o Césio-137, ocorrido em Goiânia em 1987, como um caso emblemático de patrimônio sensível. Trata-se de um dos maiores acidentes radiológicos do mundo, cujas consequências ultrapassou os danos físicos, alcançando dimensões sociais, simbólicas e psicológicas profundas. Apesar de sua relevância histórica, a memória do evento permanece marcada por silêncio, marginalização e ausência de espaços de preservação. A pesquisa busca compreender como esse trauma coletivo é lembrado no espaço urbano e no imaginário da cidade, tendo como base teórica autores como Halbwachs, Ricoeur, Bosi e Candau. A metodologia se apoia na análise de fontes jornalísticas, documentais e audiovisuais, além da observação de lugares ligados ao episódio. Pretende-se, assim, contribuir para o reconhecimento do acidente como patrimônio sensível, destacando a importância de políticas públicas de memória, justiça simbólica e ações educativas que valorizem as vozes das vítimas. O projeto insere-se no campo da história pública, com o objetivo de romper com o apagamento institucional e fomentar o debate sobre direitos à memória e à reparação, essenciais à construção de identidades coletivas e de uma cultura democrática da lembrança.

Palavras-chave: Patrimônios sensíveis; Césio-137; acidente; Goiânia; memória

5. A trama do saber ancestral: a memória dos(as) raizeiros(as) da Avenida Goiás, Goiânia/GO

FACTUS H – publicação Curso de História - V.2 n.02, ago/dez, 2025 – ISSN 3086-3139

Isadora Silva Mota - isadoramotaarqueologia@gmail.com

O presente estudo, em fase inicial, tem como objetivo registrar e analisar os saberes e práticas tradicionais dos(as) raizeiros(as) que atuam na Avenida Goiás, em Goiânia/GO, compreendendo as dinâmicas de memória, identidade e resistência cultural que se manifestam diante das pressões da urbanização, globalização e desvalorização dos conhecimentos populares. Os(as) raizeiros(as) são pessoas que detêm conhecimentos sobre o poder medicinal das ervas, comercializando-as in natura ou transformadas em xaropes, chás e pomadas. Essas práticas integram um conjunto de saberes tradicionais construídos a partir do contato entre povos indígenas, afro-brasileiros e estrangeiros, desempenhando papel essencial na consolidação da medicina popular brasileira, sobretudo em contextos nos quais o saber médico ocidentalizado tardou a se estabelecer. O lócus investigativo é a Avenida Goiás, em Goiânia/GO, espaço de grande relevância histórica e simbólica, onde se entrecruzam práticas tradicionais e dinâmicas urbanas modernas. A amostra será composta por até dez raizeiros(as) atuantes na comercialização de plantas medicinais, selecionados(as) por amostragem intencional, buscando contemplar diversidade de trajetórias e gerações. A pesquisa é de natureza qualitativa, exploratória, descritiva e etnográfica, fundamentada nos referenciais da antropologia do patrimônio, da teoria da memória coletiva (Halbwachs; Assmann) e das epistemologias do Sul. A metodologia inspira-se na tríade “olhar, ouvir e escrever” de Roberto Cardoso de Oliveira (1996), aliada à perspectiva geertziana de cultura como “teia de significados”, apreendida por meio de uma descrição densa. A coleta de dados compreenderá mapeamento territorial, entrevistas semiestruturadas e observação participante, com registros mediante consentimento dos(as) participantes, respeitando os princípios éticos da pesquisa. A análise combinará técnicas de análise de conteúdo e análise temática, orientadas por uma hermenêutica cultural, buscando compreender tanto os significados explícitos quanto os implícitos nas narrativas dos(as) raizeiros(as). Pretende-se responder às seguintes questões: de que modo a territorialidade da Avenida Goiás, inserida em contexto urbano dinâmico, influencia a preservação e a ressignificação da prática ancestral dos(as) raizeiros(as)? Quais obstáculos simbólicos e materiais esses sujeitos enfrentam diante do preconceito social, da alegação de suposta ineficácia de seus saberes e da concorrência com a indústria farmacêutica? A contribuição deste trabalho ao Simpósio está em valorizar os saberes tradicionais como patrimônio imaterial e expressão de resistência cultural, reconhecendo a importância dos(as) raizeiros(as) na construção da memória coletiva e na salvaguarda de práticas de cura enraizadas na experiência popular. Assim, o estudo propõe uma reflexão sobre o papel da etnografia e da antropologia do patrimônio na preservação e visibilidade dos saberes ancestrais em contextos urbanos contemporâneos.

Palavras-chave: plantas medicinais; saberes tradicionais; raizeiros; saúde popular.

6. A Igreja Matriz de Trindade-GO: memórias e histórias além do visível

Blenda Suelen Bento - blendasuelen@gmail.com

Keley Cristina Carneiro - keley.carneiro@ueg.br

Trindade é uma cidade localizada no estado de Goiás, conhecida como “cidade religiosa” e “capital da fé”. Uma cidade que cresceu com experiências católicas, atraindo milhões de pessoas anualmente em sua tradicional Festa do Divino Pai Eterno, uma das maiores celebrações do Centro-Oeste brasileiro e diretamente ligada à Igreja Matriz da cidade. Igreja que foi o primeiro santuário da cidade, a mais antiga e tombada como Patrimônio Cultural Material Nacional pelo IPHAN no ano de 2014. Sua construção data do ano de 1912, mas suas histórias e memórias remontam de anos atrás. Um Patrimônio Cultural edificado, ligado à espetacularização de sua cidade e que por trás de sua narrativa histórica oficial pode haver muitas outras histórias e memórias silenciada e invisibilizadas ao longo do tempo, o que pode ser fruto da nossa colonização estruturada com exclusão social e desigualdades históricas em detrimento à população subalternizada e menosprezada. Consequentemente, histórias e memórias não foram contadas, não foram valorizadas, deixadas como invisíveis e não merecedoras de publicidade, voz e representatividade social. Este artigo busca refletir como a Igreja Matriz de Trindade trata-se de um

FACTUS H – publicação Curso de História - V.2 n.02, ago/dez, 2025 – ISSN 3086-3139

Patrimônio Cultural que não pode ser viabilizado apenas pelo que é visível e por suas histórias e memórias credibilizadas como verdadeiras e únicas. Será abordado que a Igreja Matriz carrega vivências, sentidos e significados para milhões de pessoas no Brasil e no mundo, não importando raça, etnia ou classe social, pois as histórias e memórias de todas as pessoas ligadas à Igreja merecem ser contadas, valorizadas e compartilhadas, desafiando as narrativas dominantes. Pretende-se, demonstrar e debater as memórias, as histórias não contadas e marginalizadas sobre a Igreja Matriz de Trindade, abordando também todas aquelas que foram silenciadas e esquecidas ao longo do tempo.

Palavras-chave: Igreja Matriz, Patrimônio, Memórias, Histórias silenciadas.

7. Memória e (De) colonialidade – Notas de campo sobre o trabalho das lavadeiras da Cidade de Goiás

Gleidson de Oliveira Moreira - gleidsonhist@gmail.com

Esta proposta trata da memória e da (de) colonialidade a partir do trabalho das lavadeiras da Cidade de Goiás. Marcado pelo empreendimento colonial, o processo de exotização e invisibilização vivido pelas lavadeiras da Cidade de Goiás – Goiás/Brasil, gerou dores e sofrimentos. A fim de examinar os mecanismos que operaram o silenciamento dessas agentes, busquei a partir de suas memórias ancestrais os saberes-fazer, a chave para entender as negociações realizadas na arena de jogos de interesses no contexto de uma sociedade de origem colonial, *locus* do conservadorismo e patriarcalismo. Busca-se com esta pesquisa contribuir com discussões que desnaturalizem olhares que não surgiram como dados, mas elaborados socialmente. Metodologicamente cruzei as informações das entrevistas obtidas em campo com imagens (fotografias) a fim de identificar quem eram aquelas mulheres e como utilizaram saberes remotos para viverem e sobreviverem na *urbs* vilaboense.

Palavras-chave: Memória; (de) colonialidade; lavadeiras; saberes-fazer.

8. Vila Lyons e os Patrimônios negros invisibilizados e os lugares de memória na Cidade de Goiás

Patrícia da Silva Santos Marques - patty.marques215@gmail.com

Keley Cristina Carneiro - keley.carneiro@ueg.br

O objetivo dessa pesquisa é analisar a invisibilidade do Patrimônio negro na cidade de Goiás e a exclusão dessas pessoas e elementos do patrimônio existente, com a análise da comunidade periférica da Vila Lyons, no entorno do Cemitério Municipal São Miguel com remanescentes quilombolas, em específico, o Quilombo Alto Santana. A cidade colonial de Goiás cresceu ao longo do Rio Vermelho, Patrimônio Mundial da Unesco desde 2001, na qual, existe um patrimônio arquitetônico e material, que se concentram parte da elite econômica e social, aqueles que não pertencem a esse grupo por causa da cor, nascimento, ou renda, precisaram construir nas periferias da cidade. A comunidade majoritariamente negra à margem da cidade desenvolveu várias formas de resistência através de referências identitárias, as quais mesclam elementos cristãos e seculares como: centros religiosos diversos, dentre eles, um terreiro de matriz africana, Igrejas Cristãs como a Assembleia de Deus, Congregação Cristã, a Igreja católica Santa Bárbara e o Centro Espírita; atividades festivas, como o Arraiá do Carecão e a Escola de Samba União; o campo de futebol, Carecão, e o próprio cemitério São Miguel. A pesquisa bibliográfica será embasada na Identidade e representação, de acordo com Stuart Hall (2005) e Tomás T. Silva (2000), Memória, com Nora (1993) e Ricouer (2007), Patrimônio negro, com Lima (2020), Campos (2018) com lugar e Florêncio et al (2014) e Chuva (2020) com as noções de patrimônio e cultura com Hall (2005), fornecendo as lentes críticas necessárias para desvelar os silenciamentos e o apagamento das perspectivas negras na historiografia e no entendimento oficial do patrimônio vilaboense.

Palavras-chave: invisibilidade; patrimônio; identidade negra; lugar; memória.

FACTUS H – publicação Curso de História - V.2 n.02, ago/dez, 2025 – ISSN 3086-3139

ST4 - MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E HUMANIDADES DIGITAIS

Alison Carlos Filgueiras (UEG) - alison.filgueiras@ueg.br

Lara Lins (UEG) - alaralins@gmail.com

Nayrhainne Souza Duarte Araujo (UEG) - nayrhainne.duarte@educ.go.gov.br

As Humanidades Digitais se apresentam como campo interdisciplinar que integram as ciências humanas e as tecnologias digitais. No contexto do patrimônio cultural, essas práticas desafiam dicotomias entre local e o global, o material e o imaterial, e o analógico e o digital, suscitando questões relevantes para a investigação científica para uma compreensão mais ampla das relações entre tecnologia, cultura e sociedade. Este simpósio propõe um espaço de diálogo sobre metodologias, práticas e políticas que redefinem o fazer historiográfico e a gestão do patrimônio frente à transformação digital. Ao abordar as fronteiras e interseções entre memória, patrimônio cultural e as humanidades digitais, espera-se absorver práticas e desafios na transformação do preservar, representar e difundir o patrimônio na era digital, trazendo à reflexão implicações epistemológicas, metodológicas, políticas e sociais da digitalização, bem como sobre os novos modos de curadoria, acesso e participação pública em ambientes digitais. Pretende-se reunir pesquisadores, professores, estudantes e profissionais que atuam na interface entre cultura, tecnologia e história, para compartilhar experiências e investigações sobre arquivos, acervos e repositórios digitais, museus virtuais, visualizações de dados culturais, práticas de preservação digital, educação patrimonial, jogos virtuais, experiências imersivas, destinos turísticos inteligentes, cidades inteligentes, inteligência artificial e outros tópicos emergentes.

Palavras-chave: Patrimônio digital; humanidades digitais; memória

1. O Potencial do Jogo Digital Educacional na Aprendizagem e Preservação do Patrimônio Cultural de Forma Lúdica

Marcos César Lopes - lopes.18@hotmail.com

A presente proposta analisa o potencial dos jogos digitais educacionais como ferramentas de valorização do patrimônio cultural, com foco na Cidade de Goiás. A cidade de Goiás, reconhecida como Patrimônio Mundial, representa um importante símbolo da memória e da identidade cultural brasileira. Preservar seu patrimônio cultural é manter viva a história e os valores de sua comunidade. Nesse contexto, o uso das tecnologias digitais — especialmente os jogos digitais educacionais — surge como uma estratégia inovadora para promover o aprendizado e a valorização do patrimônio. Esses jogos, ao aliarem visualidade, interatividade e ludicidade, tornam o processo educativo mais dinâmico e significativo. A gamificação, aplicada à educação patrimonial, estimula a curiosidade, a participação e o senso de pertencimento dos estudantes, aproximando-os de conteúdos históricos e culturais de forma envolvente. Por meio de experiências imersivas, como simulações virtuais de restauração de prédios históricos ou explorações de sítios arqueológicos, o jogador desenvolve consciência crítica sobre a importância da preservação. Além disso, a integração de elementos culturais — como danças, culinária e celebrações tradicionais — reforça o vínculo com o patrimônio material e imaterial. A educação patrimonial, propõe uma abordagem interdisciplinar e participativa, que valoriza o conhecimento coletivo e desperta o compromisso com a conservação. Dessa forma, o jogo digital educacional se consolida como um recurso pedagógico multifacetado, capaz de unir tecnologia, cultura e educação. Ele possibilita novas formas de ensinar e aprender, democratiza o acesso ao conhecimento e estimula a preservação da memória cultural. Assim, transforma-se em uma ferramenta essencial para fortalecer a identidade local e conectar as novas gerações à história viva da Cidade de Goiás.

Palavras-chave: Jogos Digitais, Comunidade e Patrimônio

FACTUS H – publicação Curso de História - V.2 n.02, ago/dez, 2025 – ISSN 3086-3139

2. Eco museu fonte da carioca: proposta de um museu virtual 3D como ferramenta para a educação patrimonial

Alessandra Rita de Almeida - alessandraritaalmeida@gmail.com

A presente pesquisa tem como objetivo apresentar uma proposta de preservação e ampla difusão do Eco Museu Fonte da Carioca, localizado na Cidade de Goiás-Go. O Eco Museu foi inaugurado em 2012 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) às margens do rio Vermelho, no Parque da Carioca, local de relevância histórica sobretudo para os vilaboenses, visto que muitas pessoas da cidade iam até o local para se abastecerem de água. O acervo do Eco Museu Fonte da Carioca consiste na exposição de um conjunto de fotografias sobre as referências culturais presentes no Parque apontadas pelo Iphan: a Fonte, a Estrada Real e a Usina termoeletrica. Bem como, a representação de alguns ofícios praticados neste território como lavadeiras, carregadores de água e artefatos arqueológicos encontrados durante a restauração da Fonte da Carioca. Ao verificarmos a estrutura do Ecomuseu percebemos que a mesma se encontra em condições de deterioração. O estado é bastante crítico e motivou a retirada de alguns painéis por causa da degeneração da madeira porosa usada para sustentar as fotografias. Isso acabou deixando lacunas na exposição. A parte interna do Ecomuseu encontra-se com seus painéis cobertos de pichações. Atualmente, transportar o físico para o digital tem sido uma estratégia cada vez mais utilizada como política de conservação do patrimônio. Não apenas para proteger, mas também por contribuir para uma mais ampla difusão e acesso das pessoas com o bem cultural. Nesse sentido, propomos a conversão do Eco Museu Fonte da Carioca- ampliando sua coleção em exibição por meio das referências apontadas pelos moradores, trabalhadores e frequentadores do Parque da Carioca- para um museu virtual em 3D, também aliada à perspectiva da educação patrimonial. Aproximando a comunidade do mesmo, método dos mais efetivos para salvaguardar um bem. O estudo está sendo desenvolvido tendo como referencial teórico autores que discutem o conceito de patrimônio Chuva (2020), patrimônio natural Scifoni (2017), e educação patrimonial decolonial Tolentino (2016). Também dialogamos com a História Pública tendo como referência Rovai (2020), ecomuseu Brulon (2018) e o campo de estudo das humanidades digitais, Guia (2022).

Palavras-chave: Patrimônio Natural; Museu Virtual; Memória, Educação Patrimonial, Eco Museu

3. Cibercultura e o inventário a partir do memorial Bernardo Sayão: visualidades do patrimônio cultural

Valdimar Manoel da Silva

Resumo: A cibercultura está relacionada aos novos comportamentos e padrões de interação adotados pela sociedade devido à influência das novas tecnologias. O objetivo deste estudo é investigar o inventário do patrimônio cultural a partir do memorial Bernardo Sayão, para preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural de Ceres no âmbito da cibercultura. O inventário procura integrar o patrimônio histórico e cultural à prática pedagógica, incentivando a valorização da memória coletiva e aumentando a conscientização a respeito da importância da preservação. Trata-se de uma metodologia com abordagem exploratória e qualitativa, que valoriza elementos sociais e culturais, destacando a preservação e a valorização do patrimônio histórico. Conclui-se que o inventário do patrimônio histórico e cultural, quando combinada com o uso de tecnologias digitais, transforma-se em uma abordagem eficaz para a conservação e a valorização dos bens culturais. Essa estratégia não apenas preserva história local, contudo também fortalece a identidade cultural e incentiva a participação da comunidade.

Palavras-chave: Cibercultura. Inventário. Memorial. Patrimônio.



FACTUS H – publicação Curso de História - V.2 n.02, ago/dez, 2025 – ISSN 3086-3139

4. O QUE EU VEJO AO MEU REDOR? O ensino de história e o patrimônio cultural pela metodologia dos mapas mentais

Marlon Teixeira de Faria - marlon.hist.inf@gmail.com

No site do IPHAN existem alguns verbetes que apresentam definições sobre as concepções de patrimônio material, imaterial e cultural, ao passo que as distinguem. Tais explanações são criadas levando em consideração contextos específicos, bem como suas dimensões jurídicas (Constituições), o que permite compreender, em certa medida, mudanças, percepções e reorientações das pretensões políticas e governamentais em distintos contextos. Em um dos trechos, referente ao patrimônio cultural, há uma parte específica que diz sobre as formas de fazer e viver. Essa abordagem, em especial, pode ser pensada considerando nosso cotidiano e torna-se uma perspectiva de grande importância para desenvolver, em sala, as possibilidades de problematização do patrimônio e suas relações com o ensino de história. Dessa forma, essa comunicação pretende desenvolver uma reflexão, inicial, sobre como a reflexão sobre o patrimônio cultural pode potencializar a abordagem feita por meio do ensino de história, ao mesmo tempo que possibilita o estudante, ainda no ensino médio florescer sua condição de protagonista indo ao encontro as críticas de Paulo Freire referente ao conceito de educação bancária. Um dos focos, nesse momento, será o uso da metodologia dos mapas mentais, de Salete Kozel.

Palavras-chave: ensino, patrimônio e história

FACTUS H – publicação Curso de História - V.2 n.02, ago/dez, 2025 – ISSN 3086-3139

ST5 - OS DESAFIOS DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO: FONTES, PESQUISAS E ABORDAGENS

Dianina Raquel Silva Rabelo (IFG) - dianina.rabelo@ifg.edu.br

Maria Dailza da Conceição Fagundes (UEG) - maria.fagundes@ueg.br

Neemias Oliveira da Silva (UEG) - neemias.oliveira@ueg.br

A proposta deste Simpósio Temático é congregar pesquisas, concluídas ou em andamento, que busquem refletir sobre as fontes históricas e a produção do conhecimento histórico. Assim, pretende reunir investigações e experiências no campo da História e do Patrimônio Cultural com trabalhos que estabelecem diálogos com as mais variadas abordagens historiográficas acerca da pesquisa histórica, incluindo a História Cultural, a História Global, a História Comparada, a História Pública e as epistemologias do sul. Nesta perspectiva, serão aceitos trabalhos que abordem diferentes campos do saber científico, a partir de temporalidades e recortes temáticos diversos e considerando as discussões no âmbito dos estudos históricos com ênfase no debate sobre como vem procedendo a análise de diferentes tipologias de fontes na produção do conhecimento histórico. A temática proposta visa agregar pesquisas que dialoguem com diversas áreas de estudo, tais como o corpo, a saúde e as doenças, a alimentação, a literatura, o cinema, as festas, os arquivos, etc. Serão igualmente acolhidas propostas no campo do Patrimônio Cultural que articulem a reflexão sobre o uso de diferentes documentos históricos, sobretudo as fontes orais nas atividades de campo mediante entrevistas com detentores de saberes. Nesse âmbito, o simpósio também acolherá pesquisas sobre patrimônios sensíveis, os quais, sob a perspectiva do dever de memória, investigam memórias traumáticas, silenciadas ou ressignificadas, refletindo sobre as responsabilidades éticas e políticas da História e do Patrimônio frente a experiências de dor e resistência.

Palavras-chave: Pesquisa histórica. Fontes. Patrimônio cultural. Oralidades.

Resumo Comunicações

1. História e Patrimônio em Disputa: Fontes Orais e a Construção da Identidade da Festa Biker na Cidade de Goiás (1996-2025)

Sheila Cristina Ferreira Lima Oliveira (PROMEP/UEG) - sheilacristina190976@gmail.com

A presente pesquisa propõe um diálogo com a historiografia acerca das fontes históricas, do Patrimônio Cultural e da resistência social, tomando como objeto o Encontro dos Motociclistas — Festa Biker da Cidade de Goiás-Go. O evento, realizado anualmente desde 1996 na Cidade de Goiás (Patrimônio Mundial da UNESCO), foi recentemente reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial e Turístico no município de Goiás, passando a fazer parte também do calendário cívico do estado de Goiás. Este estudo investiga a complexa trajetória do Encontro, partindo da sua gênese modesta até sua consolidação como uma das maiores celebrações do motociclismo nacional, e analisa as tensões entre a memória social e as políticas de chancela cultural. A produção do conhecimento histórico sobre a Festa Biker impôs um desafio metodológico que se alinha diretamente à proposta deste Simpósio Temático. Inicialmente, a busca por dados em arquivos institucionais e documentação tradicional revelou uma escassez de informações detalhadas, refletindo, em parte, o silenciamento e o estigma social que historicamente pairaram sobre a cultura motociclística na cidade de Goiás-Go. Diante disso, a pesquisa recorre maciçamente ao uso de fontes orais, por meio de entrevistas com os detentores de saberes e práticas do evento, como os idealizadores Orion Gomes de Amorim, o “Macaco”, e Benedito Damião da Silva, o “Thindas”, além de diversos participantes. Tais relatos não apenas resgatam a integridade cronológica do evento, mas também dão voz a uma memória silenciada e refratária às narrativas oficiais, cumprindo a responsabilidade ética e política da História. A Festa Biker é analisada como um caso de

FACTUS H – publicação Curso de História - V.2 n.02, ago/dez, 2025 – ISSN 3086-3139

Patrimônio Sensível e um território de resistência. A investigação demonstra como o evento enfrentou, durante anos, o preconceito por parte da comunidade local, que associava os motociclistas a estereótipos de "marginalidade" ou "mal elementos" — uma experiência de dor e resistência que forjou uma forte identidade de "irmandade". A repetição ritualística de práticas, como a recepção calorosa, a culinária goiana e a cultura do “boi na brasa” gratuito, é examinada à luz do conceito de “tradição inventada” (Hobsbawm & Ranger), mostrando como os próprios participantes construíram uma “comunidade imaginada” (Anderson) coesa e legitimada “de baixo para cima”. O trabalho se insere no diálogo da História Pública ao problematizar a dinâmica da patrimonialização. O reconhecimento oficial, embora positivo para a salvaguarda, introduz um contraponto crítico: a possível ameaça à autenticidade “raiz” do evento. Questiona-se se a institucionalização foi um processo “de cima para baixo”, sem a participação ampla da comunidade criadora, levantando o debate sobre o que é ou não é patrimônio na dinâmica cultural brasileira. Em conclusão, a história do Encontro de Motociclistas da Cidade de Goiás é um prisma para refletir sobre a complexidade da memória coletiva e a produção do conhecimento. Demonstra que manifestações culturais vivas, emergentes de grupos em conflito com a sociedade hegemônica, exigem do pesquisador histórico uma postura metodológica flexível (ênfase nas fontes orais) e uma visão teórica crítica, capaz de acolher e valorizar os saberes e as experiências de resistência que tensiona o Patrimônio Cultural brasileiro.

Palavras-chave: Fontes Orais. Patrimônio Cultural Imaterial. Resistência ao motociclismo.

2. Gestão e preservação: um estudo do acervo de Bernardo Élis Fleury de Campos Curado no Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis Para os Povos do Cerrado – ICEBE

Kálita Torres de Moura (PROMEP/UEG) - kalita@aluno.ueg.br

A pesquisa submetida neste Simpósio Temático tem como objetivo apresentar uma proposta de organização e gestão do acervo de objetos e bens pessoais do escritor goiano Bernardo Élis Fleury de Campos Curado, preservado pelo Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis para os Povos do Cerrado (ICEBE). Localizado em Goiânia-GO, o ICEBE é uma instituição sem fins lucrativos, dedicada à preservação da cultura, educação e sustentabilidade, além de salvaguardar o legado literário e humano do autor. A pesquisa propõe mapear e analisar os itens materiais do acervo, como objetos pessoais, fotografias, móveis e documentos, compreendendo-os como expressões da memória e da identidade do escritor. Esses bens revelam aspectos de sua trajetória intelectual e cotidiana, contribuindo para a compreensão de seu papel na formação cultural e histórica de Goiás. O estudo está sendo desenvolvido com base nos conceitos e nas referências teóricas de Márcia Chuva (2020), Sônia Florêncio (2014, 2015, 2016), Simone Scifoni (2017) e Átila Tolentino (2016, 2018). Também se apoia nas contribuições de Aleida Assmann (2011), Pierre Nora (1993), Maurice Halbwachs (1990) e Stuart Hall (2019), que permitem compreender conceitos como: memória coletiva, lugares de memória e identidade. Assim, mais do que preservar objetos, este estudo busca promover a reflexão sobre o valor simbólico do acervo como parte da herança cultural brasileira, estimulando a cidadania e o reconhecimento da identidade regional. Dessa forma, os resultados irão contribuir para a continuidade da memória de Bernardo Élis, cuja obra e trajetória continuam a representar a voz e a alma dos sertões de Goiás. Ao discutir as práticas de gestão e preservação de acervos pessoais como fontes de conhecimento histórico, o acervo dialoga com debates contemporâneos sobre as múltiplas formas de produção da história e da memória. Sua abordagem reforça a importância da materialidade, da pesquisa documental e da interdisciplinaridade na construção de novos olhares sobre o patrimônio e a identidade cultural.

Palavras-chave: Bernardo Élis. Gestão de Acervo. Patrimônio Cultural. Memória. ICEBE.

3. O cenário sanitário da Cidade de Goiás no século XIX: enfermidades e práticas de cura no Hospital São Pedro De Alcântara

Victor Gouveia Javarini (UEG) - victorgouveiaj@gmail.com

FACTUS H – publicação Curso de História - V.2 n.02, ago/dez, 2025 – ISSN 3086-3139

Este trabalho tem por objetivo compreender as enfermidades presentes na cidade de Goiás durante o século XIX, abordando assim, questões ligadas ao campo do patrimônio cultural da saúde em que a presente investigação se insere. A análise será baseada em um conjunto de documentos oficiais emitidos pelo Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara, principalmente os registros de óbito da segunda metade do século XIX: importantes fontes de estudo para que seja discutida a questão da saúde, das enfermidades, da taxa de mortalidade, entre outros. São nesses documentos que se destacam a bronquite, hepatite, tuberculose, influenza, entre outras doenças respiratórias e digestivas, infecciosas e crônicas. As fontes em análise se encontram na Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, arquivo localizado na Cidade de Goiás e importante instituição responsável pela preservação do patrimônio bibliográfico e documental ligados à história da antiga capital de Goiás. Assim, propõe-se analisar, de forma complementar, a ocorrência das enfermidades com base nas estratégias sanitárias e médicas descritas na historiografia para contribuir com o entendimento do cenário sanitário também como um espaço social e público durante um processo de urbanização. Espera-se do presente estudo uma reflexão acerca de saúde e doença em Goiás e também a compreensão das práticas de cura Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara no século XIX.

Palavras-chave: Enfermidades. Hospital São Pedro de Alcântara. Goiás. Século XIX.

4. Saberes médicos e alimentação no Regimento de Preservação da Pestilência de Jacme d'Agramont (século XIV)

Grazielly Kathleen Oliveira Souza (UEG) - graziellyabc20202@gmail.com

O presente trabalho tem como objetivo analisar os cuidados com a alimentação em tempos de peste na cidade de Lérida do século XIV, tomando como base o Regimento de Preservação da Pestilência, escrito por Jacme d'Agramont (?-1348). Nascido na cidade de Lérida, d'Agramont atuou como físico e mestre na Universidade local, além de instruir a população sobre práticas de preservação da saúde em períodos de pestilência. Foi com o objetivo de instruir a população local sobre como se tratar e prevenir doenças que, em 1348, a obra Regimento de Preservação da Pestilência foi redigida. Essa obra, compreendida tipologicamente como os Regimentos de epidemia, apresenta-se dividida em um prólogo, uma introdução e seis capítulos, nos quais o autor discorre sobre diferentes aspectos relacionados à peste. Para os fins deste estudo, a análise concentra-se no capítulo V, onde o autor elenca medicamentos, alimentos e bebidas que preservam o corpo de doenças pestilentas, bem como aqueles que deveriam ser evitados em tais ocasiões — desde animais até frutas. Do mesmo modo, propõe identificar as autoridades da medicina árabe que foram utilizadas pelo físico Jacme d'Agramont para sustentar suas teses e como embasamento para a prescrição de medidas terapêuticas e preventivas. Assim, além de identificar os alimentos mais recomendados do ponto de vista da medicina daquele contexto, espera-se averiguar o papel atribuído aos alimentos e às bebidas tanto na manutenção da saúde quanto como parte dos procedimentos terapêuticos no período em estudo.

Palavras-chave: Peste. Alimentação. Jacme D'Agramont. Regimentos de Epidemia.

5. A pandemia da gripe espanhola na Cidade de Goiás: representações na Imprensa Vilaboense (1918-1919)

Maria Eduarda Tavares Batista (UEG) - tavaresbatista15@gmail.com

Este trabalho tem como objetivo analisar a pandemia da gripe “espanhola” na Cidade de Goiás, entre os anos de 1918 e 1919, a partir do estudo de jornais locais. Partindo da concepção de que as doenças têm história, conforme afirma Jacques Le Goff (1989), ao estudar enfermidades como o objeto desta pesquisa, é possível compreender os saberes do campo da medicina e as artes de cura no recorte espacial

FACTUS H – publicação Curso de História - V.2 n.02, ago/dez, 2025 – ISSN 3086-3139

e temporal selecionado. A pandemia conhecida como gripe espanhola surgiu no final da Primeira Guerra Mundial e se espalhou rapidamente entre 1918 e 1919, alcançando diversos países. No estado de Goiás, a doença chegou por volta de outubro de 1918 e, até o início de janeiro de 1919, já havia se disseminado pela capital. Busca-se compreender como essa enfermidade foi percebida e representada pela imprensa goiana, bem como identificar os sintomas descritos e as medidas adotadas para o controle da doença. A pesquisa fundamenta-se, primeiramente, em uma abordagem bibliográfica, estabelecendo diálogos com Leandro Neto, Rildo Souza e Adriana Goulart, entre outros. Quanto à análise documental, o estudo tem como referência o jornal O Democrata, um dos principais veículos de divulgação de notícias e recomendações sanitárias sobre a gripe na Cidade de Goiás. O uso dessa fonte visa examinar as representações da doença e as estratégias sanitárias descritas pela imprensa no contexto local. Embora ainda em fase inicial, a pesquisa pretende contribuir para o entendimento das relações entre imprensa, saúde e sociedade, bem como para a compreensão do impacto da pandemia na sociedade vilaboense. Além disso, busca-se refletir sobre a construção de narrativas históricas acerca das crises sanitárias no recorte espaço-temporal selecionado.

Palavras-chave: Gripe espanhola. Cidade de Goiás. Jornais.

6. Literatura fantástica na pesquisa e no ensino de História: potencial para a consciência crítica.

Ádylly de Jesus Rodrigues (UEG) - adyllajesus714@gmail.com

A presente pesquisa propõe analisar o uso da literatura fantástica, em especial o subgênero distópico, como recurso didático no ensino de História, buscando compreender como a ficção pode favorecer a formação da consciência histórica e crítica dos estudantes. A análise fundamenta-se em referenciais teóricos de Tzvetan Todorov, Jörn Rüsen, Jacques Le Goff e Pierre Nora, que permitem compreender, respectivamente, o papel do estranhamento fantástico, da narrativa histórica e da memória coletiva na construção do sentido histórico. A fonte principal de pesquisa é a obra "Rainha Vermelha", escrita por Victoria Aveyard, que apresenta uma sociedade dividida pelo sangue — os Prateados, dotados de poderes, e os Vermelhos, oprimidos e sem dons sobrenaturais. Por meio dessa estrutura alegórica, a pesquisa propõe investigar como a narrativa distópica pode desnaturalizar as relações de poder, opressão e resistência, estimulando o aluno a refletir criticamente sobre as desigualdades históricas. Entre os objetivos do trabalho, destacam-se: compreender como a literatura fantástica pode ser utilizada para desenvolver a consciência histórica dos estudantes; analisar a função do estranhamento na formação do pensamento crítico; e demonstrar como obras ficcionais, como Rainha Vermelha, podem servir de instrumento pedagógico para discutir temas como dominação, memória e construção social do poder.

Palavras-chave: Literatura fantástica. Ensino de História. Consciência histórica. Rainha Vermelha.

7. Santo Antônio: uma imagem e muitas faces

Ruth Barbosa (PROMEP/UEG) - ruthhelly@hotmail.com

A pesquisa submetida neste Simpósio Temático tem como objetivo analisar a figura de Santo Antônio a partir de suas múltiplas dimensões, interpretações e apropriações ao longo do tempo. Parte-se de sua construção hagiográfica, acompanhando a consolidação de sua devoção em Portugal e, posteriormente, no Brasil colonial, onde sua popularidade favoreceu a ressignificação de sua imagem e de seus atributos espirituais. Considera-se, assim, a trajetória que o apresenta como frei, missionário, professor e pregador, bem como a forma pela qual seus poderes simbólicos foram reelaborados no contexto do catolicismo popular brasileiro, especialmente no âmbito das festas religiosas, nas quais passa a ser reconhecido, dentre outros significados, como santo casamenteiro. A condução da análise fundamenta-se no levantamento e cruzamento de diferentes fontes e referenciais bibliográficos, articulando abordagens historiográficas que dialogam com a História Cultural, os estudos sobre Patrimônio Cultural e as reflexões acerca da religiosidade popular. O estudo está sendo desenvolvido com base nos conceitos

FACTUS H – publicação Curso de História - V.2 n.02, ago/dez, 2025 – ISSN 3086-3139

e nas referências teóricas de autores que discutem práticas festivas, memória, tradição, identidades e cultura, entre os quais se destacam Geertz (1989), Durkheim (2003), Thompson (1998), Hobsbawm (1984), Bosi (1997), Amaral (1998), Brandão (2003), Guarinello (2001) e Marques e Brandão (2015). Também se utilizam contribuições de autores que se dedicaram especificamente às devoções e representações de Santo Antônio, como Mattos (1937), Moot (1996), Rema (1998), Santos e Zanini (2015) e Vainfas (2003). Ademais, a música “Pedido a Santo Antônio”, interpretada pelas Irmãs Freitas (RGE, 1990), foi utilizada como fonte complementar para observar permanências e ressignificações presentes nas práticas comemorativas contemporâneas. A partir dessa articulação, busca-se evidenciar como a imagem de Santo Antônio foi sendo construída, apropriada e transformada em diferentes temporalidades e espacialidades, revelando continuidades e reelaborações desde o período colonial até os dias atuais, momento em que sua figura está amplamente associada às festas juninas e às celebrações devocionais em diversas regiões do país.

Palavras-chave: Festas populares. Religiosidade popular. Santo Antônio. História cultural. Patrimônio cultural.

8. O acervo egípcio do Museu Nacional após setembro de 2018: reflexões sobre Memória, Ressignificação e Resistência

Bruna de Oliveira Santos (PROMEP/UEG) - bruna.deoliveirasantos2012@gmail.com

A coleção egípcia do Museu Nacional era constituída por mais de 700 objetos, tratando-se do bem patrimonial a ser analisado neste trabalho. No dia 02 de setembro de 2018, o Paço de São Cristóvão na Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro, sofreu um incêndio de grandes proporções que destruiu quase todo o acervo da instituição que abriga: o Museu Nacional, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, instituição científica mais antiga do Brasil. Este museu possuía cerca de 20 milhões de objetos, pertencentes às coleções de Antropologia, Arqueologia, Botânica, Geologia/Paleontologia, Entomologia, Vertebrados e Invertebrados. Dentre esses objetos, estava a coleção egípcia, a maior da América Latina e mais antiga das Américas. Diversos objetos foram recuperados após o incêndio através das ações do Núcleo de Resgate, equipe especializada formada primeiramente por funcionários(as) do próprio Museu, cujas áreas de formação e experiência foram essenciais para a recuperação de peças em meio aos escombros pós-fogo. A partir deste contexto, foi possível refletir acerca das experiências de profissionais que atuaram nesta missão, considerando os conceitos de memória e patrimônio sob a perspectiva da resistência, uma vez que se vive no Brasil uma realidade não favorável em relação à preservação dos bens patrimoniais. Assim, nota-se que tais conceitos se entrelaçam, surgindo outros aspectos a se pensar, como o da ressignificação dos objetos recuperados e o das memórias afetivas. Tais reflexões se desenvolveram a partir das leituras de pesquisas já publicadas sobre a coleção, assim como de palestras *on-line* feitas por pesquisadores(as) membros(as) do Núcleo de Resgate e também através de participação na SEMNA – Semana de Egiptologia do Museu Nacional, 2025, onde foi possível ter um diálogo a respeito das ações de salvaguarda destes objetos. Um estudo como este é fundamental para que seja plausível uma análise não somente perante as ações do presente, mas principalmente às perspectivas futuras no que concerne à preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Palavras-chave: Memória. Patrimônio. Ressignificação. Coleção Egípcia. Museu Nacional.

9. “História que se conta, Patrimônio que se faz: fontes orais e o modo de fazer o pastelinho”

Marília Silva e Cruz (PROMEP/UEG) - vampiraailiram@hotmail.com

Este trabalho discute o processo de patrimonialização dos saberes e fazeres ligados à produção do pastelinho na Cidade de Goiás, enfatizando a centralidade das narrativas orais das doceiras vilaboenses na construção desse patrimônio imaterial. O pastelinho, tradicionalmente produzido por mulheres em contextos familiares e comunitários, preserva técnicas, memórias e afetos transmitidos majoritariamente

FACTUS H – publicação Curso de História - V.2 n.02, ago/dez, 2025 – ISSN 3086-3139

pela oralidade, constituindo um legado intergeracional que integra a identidade cultural vilaboense. Embora tenha sido listado no Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) da Cidade de Goiás em 2014, o modo de fazer o pastelinho não foi objeto de um inventário específico que registrasse de forma aprofundada as experiências, interpretações e histórias das detentoras desse saber. Partindo de uma abordagem etnográfica e participativa, inspirada nas contribuições de Carlos Rodrigues Brandão, o estudo propõe a realização de um inventário cultural que reconheça a oralidade como elemento estruturante do patrimônio imaterial. A pesquisa destaca que a patrimonialização não pode se limitar ao reconhecimento institucional ou à descrição técnica da receita, sob risco de desconsiderar o contexto social, afetivo e simbólico que sustenta a prática. Assim, busca-se compreender como as narrativas das doceiras revelam sentidos atribuídos ao doce, modos de transmissão do saber-fazer, relações de solidariedade e formas de resistência cultural diante das transformações contemporâneas. Além disso, o trabalho discute a necessidade de processos de patrimonialização mais democráticos e horizontais, que valorizem o protagonismo das comunidades detentoras do conhecimento. Nesse sentido, o uso da história oral torna-se fundamental para acessar memórias, trajetórias e significados que não são registrados formalmente, mas que integram a vida cotidiana e a identidade local. A pesquisa, ainda em fase inicial, será desenvolvida após apreciação do Comitê de Ética da UEG e pretende contribuir para reflexões sobre a salvaguarda de patrimônios imateriais, reforçando a importância da escuta sensível, da participação social e do reconhecimento das mulheres doceiras como guardiãs e narradoras do pastelinho.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Oralidade. Pastelinho. Saberes tradicionais.

10. Fontes orais e documentais na investigação do Patrimônio Cultural Rio-Verdense

Janiel de Souza Paraguai (PROMEP/UEG) - jszparaguai@gmail.com

A comunicação proposta examina a produção do conhecimento histórico sobre o patrimônio cultural de Rio Verde, Goiás, articulando distintas tipologias de fontes: documentação oficial da patrimonialização municipal (decretos executivos e legislação municipal, 1984-2025), fontes orais obtidas mediante entrevistas com detentores de saberes locais e bibliografia produzida por pesquisadores e memorialistas regionais. A abordagem metodológica privilegia a oralidade nas atividades de campo, estabelecendo diálogos entre História e epistemologias participativas na investigação de patrimônios materiais e imateriais. A pesquisa contempla tanto bens oficialmente reconhecidos quanto lacunas representadas por memórias silenciadas ou marginalizadas institucionalmente, problematizando as responsabilidades éticas e políticas da História do Patrimônio frente à diversidade de experiências culturais locais. O estudo resulta em uma análise dos processos de patrimonialização ao longo de quatro décadas e na elaboração do produto "Pequeno Manual do Patrimônio Cultural Rio-verdense", que sistematiza criticamente conceitos e procedimentos estagnados na esfera municipal. A investigação demonstra como diferentes categorias de fontes históricas—legislação, documentação administrativa, registros fotográficos e, fundamentalmente, oralidades—convergem para a compreensão das relações de poder subjacentes à construção da identidade cultural rio-verdense.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Inventário de Referências Culturais. Educação Patrimonial. Rio Verde. Fontes orais.

11. Patrimônios sensíveis: memória e identidade na resignificação de espaços de opressão em expressão cultural (Centro Cultural Martim Cererê)

Kaliagna de Azevedo d Rocha de Carvalho (IFG) - kakaliagna@hotmail.com

Este trabalho analisa a resignificação de patrimônios sensíveis a partir do caso do Centro Cultural Martim Cererê, em Goiânia, um espaço marcado por práticas de tortura durante a ditadura militar brasileira (1964–1985), mas posteriormente transformado em território de produção cultural, resistência

FACTUS H – publicação Curso de História - V.2 n.02, ago/dez, 2025 – ISSN 3086-3139

e expressão identitária. A pesquisa, de abordagem qualitativa e bibliográfica, articula documentos históricos, registros do IPHAN, produções acadêmicas e, especialmente, depoimentos da obra *Memórias Transcritas: depoimentos* (2013), visando compreender como memórias traumáticas são preservadas, reinterpretadas e reinseridas no presente como instrumentos de justiça simbólica. A ditadura militar, no Brasil e em Goiás, deixou marcas na sociedade, com perseguições a estudantes, artistas, trabalhadores e militantes políticos. Em Goiás, segundo autores como Geziel Alves Pereira (2015), a repressão atingiu fortemente o movimento estudantil, a UFG e setores culturais. Órgãos como DOI-CODI e DOPS promoveram prisões, torturas e desaparecimentos, cuja memória permanece fragmentada e, muitas vezes, silenciada. Os depoimentos reunidos em “*Memórias Transcritas*” revelam histórias de violência e resistência, como as de Abrão Marcos da Silva, Dirce Machado e Marcos Antônio Dias Batista, cujas experiências evidenciam o peso da repressão e o valor ético da rememoração. Para compreender espaços como o Martim Cererê, o trabalho utiliza o conceito de patrimônios sensíveis, locais associados a dor, opressão e violações de direitos humanos, definição de Cristina Meneguello (2020) bem como patrimônios difíceis, que compreendem debates éticos e políticos sobre preservação e memória. Esses patrimônios se configuram também como lugares de memória, nos termos de Pierre Nora (1993), funcionando como suportes simbólicos quando a memória viva se fragiliza, bem como Francisco das Chagas (2015) destaca que tais lugares, ao se tornarem patrimônio, tornam-se campo de disputa, onde diferentes grupos reivindicam visibilidade e reconhecimento. O estudo dialoga ainda com Paul Ricoeur (2003; 2007), para quem o dever de memória está ligado à justiça e ao reconhecimento da dor das vítimas. A memória, ao ser testemunhada publicamente, transforma-se em ato ético e político. Os depoimentos analisados expressam essa dimensão ao romper silenciamentos que historicamente encobriram as violências do regime militar. Para Ricoeur, lembrar é resistir à amnésia coletiva, produzindo uma memória justa, capaz de denunciar injustiças e contribuir para a reparação simbólica. Este trabalho olha para o Martim Cererê e o interpreta como um espaço ressignificado que articula passado e presente. Sua origem como caixas d’água associadas ao autoritarismo foi ressignificada em um centro cultural plural, reconhecido pela acolhida a grupos marginalizados, como artistas negros, juventudes periféricas e movimentos LGBTQIA+. Sob a perspectiva de Maurice Halbwachs (2006), essa ressignificação reflete um processo de reconstrução da memória coletiva orientado por valores contemporâneos de democracia e inclusão.

Palavras-chave: Patrimônios sensíveis. Memória. Ressignificação. Centro Cultural Martim Cererê. Ditadura Militar.

12. Quando a literatura inventa o Império: Kipling, Mogli e a exaltação do europeu no mundo periférico.

Lara Fabia Vidal dos Anjos (IFG) - laritafabia@gmail.com

Este trabalho tem como objetivo analisar *O Livro da Selva*, publicado em 1894 por Rudyard Kipling, ao se investigar como a obra expressa e naturaliza discursos ligados ao imperialismo britânico. Produzida em um contexto marcado pela expansão colonial e pela afirmação da superioridade europeia, o livro apresenta narrativas ambientadas na selva indiana que, embora revestidas de um caráter lúdico, carregam significados políticos relacionados às hierarquias e relações de poder do período. A trajetória do autor, profundamente ligada à experiência imperial, contribuiu para que sua literatura se aproximasse dos valores e das justificativas que sustentavam a presença britânica em territórios colonizados. Assim, a análise concentra-se nos contos que narram a formação de Mogli, personagem humano criado entre animais que, ao longo da narrativa, aprende normas, códigos e comportamentos entendidos como necessários para sua sobrevivência. Portanto, a chamada “Lei da Selva” aparece como um sistema de regras que organiza a vida coletiva, funcionando como metáfora da ordem que o império buscava impor aos povos sob seu domínio. Desse modo, a história de Mogli evidencia uma passagem da espontaneidade da selva para uma forma de disciplina que se aproxima de modelos civilizatórios defendidos pelas potências coloniais. Assim, sua jornada simboliza o processo de moldar e direcionar sujeitos

FACTUS H – publicação Curso de História - V.2 n.02, ago/dez, 2025 – ISSN 3086-3139

considerados “não civilizados” para padrões valorizados pela cultura dominante. Outro aspecto importante da obra é a forma como ela suaviza ou oculta tensões presentes na realidade colonial. Em vez de expor conflitos, desigualdades ou violências, apresenta uma convivência aparentemente harmoniosa entre personagens que representam diferentes posições na hierarquia simbólica do texto. O uso da selva como cenário permite criar um ambiente onde normas e lideranças são aceitas como naturais, reforçando a ideia de que a organização social depende da obediência a figuras de autoridade. Isso contribui para normalizar relações de dominação, apresentando-as como necessárias para manter o equilíbrio. O estudo também observa como a narrativa atribui papéis distintos aos personagens, reforçando expectativas sobre comportamento, autoridade e pertencimento. Mogli, ao transitar entre dois mundos, representa um tipo de sujeito intermediário que precisa aprender a controlar impulsos e a seguir regras para ser aceito. Esse processo sugere que a inserção em uma comunidade depende da adaptação a estruturas previamente estabelecidas. Ao finalizar sua trajetória, o personagem assume uma posição que combina força, racionalidade e liderança, características associadas a ideais civilizatórios que a obra procura valorizar. Por fim, o trabalho aponta que O Livro da Selva deve ser compreendido não apenas como narrativa infantil, mas como texto que dialoga com concepções políticas, sociais e culturais de seu tempo. Suas metáforas, escolhas temáticas e representações simbólicas revelam como histórias aparentemente simples podem atuar como instrumentos de formação de imaginários e naturalização de valores associados ao imperialismo. A permanência da obra ao longo do tempo, bem como suas diversas adaptações, demonstra sua capacidade de continuar influenciando modos de ver o mundo, mesmo quando elementos históricos específicos são suavizados ou omitidos.

Palavras Chaves: Imperialismo. Literatura. Rudyard Kipling.

13. A Estação Ferroviária Prefeito José Fernandes Valente em Anápolis - GO: patrimonialização, usos sociais e preservação

Luciano Belina (PROMEP/UEG) - professorlucianojuridico44@gmail.com

A pesquisa tem como bem cultural a Estação Ferroviária “Prefeito José Fernandes Valente”, localizada no Centro, da cidade de Anápolis/GO que foi tombada pela Lei Municipal nº 1.824, de 03 de janeiro de 1991. Considerando o seu tombamento, a proposta da pesquisa é analisar em que medida o processo de patrimonialização colaborou para a salvaguarda da estação e contribuiu para o processo de uso social do espaço. Trata-se de um patrimônio ferroviário que possui estreita ligação com o simbolismo do progresso econômico, cultural e responsável pelo contato da cidade de Anápolis com outros lugares do país e do mundo. Assim, em relação aos objetivos da pesquisa, se propõe analisar os usos sociais desse espaço antes e após o seu tombamento, tanto pelo incremento de um museu ferroviário existente no local e pode ser ampliado, quanto por mecanismos outros, que porventura contribuam com a distribuição dos conhecimentos, memórias e identidades correlacionadas neste recorte territorial. Em relação à pesquisa, os documentos selecionados para o estudo englobam desde legislação e ofícios e fotografias ligados à estação. Do mesmo modo, recorreu também às fontes orais em que a partir da análise obteve-se algumas informações verbais que remontam às memórias vividas pelos entrevistados. Ao analisar o processo de salvaguarda deste bem cultural, verificou-se, com a proteção legal pelo tombamento, que a estação ferroviária obteve “atenção” do poder público responsável, visando sua preservação e conservação, conferindo os usos sociais antes e depois do processo de tombamento. O poder público foi instigado a tomar providências para a preservação da estação, principalmente no ano de 1991, com a patrimonialização pelo tombamento da estrutura da estação. Do mesmo modo, em 2015, com a reforma feita, assim como no ano de 2024 e neste ano de 2025, onde reformas parciais estão sendo realizadas. No entanto, ainda faltam estabelecer novos usos sociais à estrutura, para dar dinamismo e interação entre as pessoas interessadas, visando divulgar e expandir o grupo “protetor” da estação ferroviária.

Palavras-chave: Estação ferroviária. Fontes. Pesquisa. Memórias. Oralidades.

FACTUS H – publicação Curso de História - V.2 n.02, ago/dez, 2025 – ISSN 3086-3139

14. Fontes orais e o inventário decolonial: a construção do conhecimento no Afoxé Pilão de Prata da Cidade de Goiás

Norberto Ferreira Pinto (PROMEP/UEG) - noferreira02@gmail.com

O presente trabalho integra o campo da História e do Patrimônio Cultural, tendo como foco o processo de construção do inventário participativo do Afoxé Pilão de Prata da Cidade de Goiás, manifestação de religiosidade de matriz africana que simboliza resistência, identidade e memória negra. A pesquisa propõe uma leitura crítica sobre a produção do conhecimento histórico a partir de fontes orais, documentais e etnográficas, destacando os desafios de registrar, interpretar e valorizar patrimônios culturais afro-brasileiros dentro de um contexto ainda marcado por epistemologias coloniais. As principais fontes utilizadas foram entrevistas e rodas de conversa com aproximadamente 15 participantes diretamente vinculados ao Afoxé entre fundadores(as), mestres(as), griôs e moradores(as) do bairro Santa Bárbara e Alto Santana, além de análise de registros iconográficos, materiais e bibliográficos. As entrevistas, realizadas de forma dialógica e democrática, buscaram captar as memórias, significados e valores atribuídos pelos próprios detentores culturais, de modo a compreender o afoxé como espaço simbólico de resistência, religiosidade e transmissão intergeracional de saberes. Toda pesquisa de campo, utiliza-se como processo educativo, a Educação Patrimonial vinculado aos procedimentos metodológicos de inventários, que proporcionar com que as vozes participantes sejam ouvidas, servindo como base inicial para entender toda a relevância sociocultural do Afoxé perante a realidade do município de Goiás e de todo um coletivo. A metodologia inspirou-se no manual Educação Patrimonial: Inventários Participativos (IPHAN, 2016), adaptando suas fichas (Celebrações, Formas de Expressão e Pessoas de Referência) para o contexto local. Essa perspectiva considera o inventário como prática decolonial e contracolonial, ao incluir a comunidade no processo de pesquisa e salvaguarda, valorizando saberes tradicionais e memórias coletivas que, historicamente, foram silenciadas. O corpus documental inclui ainda leis de patrimônio, fotografias e materiais produzidos pelo próprio grupo, constituindo um mosaico de fontes que amplia a compreensão do patrimônio como campo vivo, dinâmico e plural. Assim, o estudo evidencia como a escuta sensível e a história oral são ferramentas formidável e enriquecedora como processo de produção de conhecimento, na medida que se tornam instrumentos de justiça cognitiva e reconhecimento histórico, contribuindo para “empretecer” o patrimônio cultural vilaboense. O inventário participativo, ao transformar detentores em protagonistas, rompe com a lógica vertical de produção de conhecimento, do registro técnico e propõe uma nova epistemologia da memória, onde o corpo, o som, o território e o axé constituem narrativas legítimas de produção do conhecimento histórico.

Palavras-chave: Afoxé Pilão de Prata. Patrimônio cultural. Fontes orais. Educação patrimonial. Decolonialidade.